

n<sup>o</sup> 1



Cadernos de *Alferrara*



<b>Título</b>	Cadernos de Alferrara nº1
<b>Autores</b>	Ana Tomé, Fábio Vicente, Jesse Rafeiro, João Luís Fontes, Miguel Rosado, Sofia Aleixo e Victor Mestre
<b>Edição</b>	Associação de Municípios da Região de Setúbal
<b>Paginação e grafismo</b>	Fábio Vicente
<b>Fotografias</b>	Ana Tomé, Fábio Vicente, Fernando Pessoa, Jesse Rafeiro e Victor Mestre
<b>Ano</b>	2023

## *Mensagem do Presidente do Conselho Directivo*

*André Martins*

Alferrara é hoje um local que abraça os seus visitantes, que se abre à academia, que transmite conhecimento e cultura através dos seus conventos que, outrora em ruína, inspiraram o imaginário das crianças, jovens e adultos que os tomaram como seus nas suas aventuras.

Um património que se devolve à população: este é o mote dos Cadernos de Alferrara – devolver à população o conhecimento adquirido neste processo de interpretação e restauro dos Conventos da Quinta de São Paulo. É um caminho de respeito que nos tem dado provas que estamos na direção certa. A nosso lado caminham vários técnicos das mais diversas áreas que deram o seu contributo para que se desvende a história e significado deste património singular. Contributos inestimáveis que alicerçam as intervenções nestes dois espaços.

Após milhares de visitantes, dezenas de concertos, peças de teatro, reuniões, encontros e muitas mais atividades, dizemos convictamente que os Conventos de Alferrara são um equipamento regional que faz falta. Criámos a oportunidade de, a par de um longo processo de restauro, envolver a população e consolidar este lugar de comunhão entre o património cultural e a natureza pela sua importância no panorama da região.

Neste novo número dos Cadernos de Alferrara publica-se uma compilação que aprofunda o conhecimento sobre este território. São cinco cadernos pluridisciplinares que sustentam novas intervenções e nos dão a conhecer quão único é o lugar Alferrara.

Os Conventos de Alferrara simbolizam o longo, mas necessário, caminho que temos feito em defesa deste património único e ímpar e pelo direito de as populações usufruírem dele.

<i>Caderno 1.1</i>		
	<i>A necessidade primordial de salvaguarda da identidade imaterial do Convento dos Capuchos e respectivo contexto paisagístico na sua dimensão ambiental e ecológica, através dos sentidos</i>	8
	<i>Sofia Aleixo e Victor Mestre</i>	
<i>Caderno 1.2</i>		
	<i>Digitalização da ruína: Rumo a uma Reconstrução Virtual dos Capuchos de Alferraraa</i>	20
	<i>Jesse Rafeiro, Ana Tomé</i>	
<i>Caderno 1.3</i>		
	<i>Perscrutando as origens: do eremitério da pobre vida ao mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara</i>	38
	<i>João Luís Inglês Fontes</i>	
<i>Caderno 1.4</i>		
	<i>A geologia de Alferrara</i>	54
	<i>Miguel Rosado</i>	
<i>Caderno 1.5</i>		
	<i>Qual o tempo para interpretar e agir num convento? Breve resumo do processo de intervenção no Convento dos Capuchos</i>	70
	<i>Fábio Vicente</i>	

*Alguns artigos não seguem as normas do novo Acordo Ortográfico sendo os mesmo da responsabilidade dos autores.*

# Caderno *1.1*

*A necessidade primordial de salvaguarda da  
identidade imaterial do Convento dos Capuchos  
e respectivo contexto paisagístico na sua dimensão  
ambiental e ecológica, através dos sentidos*

*Sofia Aleixo<sup>1</sup> e Victor Mestre<sup>2</sup>*

<sup>1</sup> CHAIA/IHC-CEHC/DArq - EArtes, Universidade de Évora; CHAM-SLHI,  
FCSH – Universidade Nova de Lisboa

<sup>2</sup> vmsa arquitectos

*A real architectural experience is not simply a series of retinal images; a building is encountered - it is approached, confronted, encountered, related to one's body, moved about, utilized as a condition for other things, etc. (...) Authentic architectural experiences consist then of approaching, or confronting a building rather than the façade; of the act of entering and not simply the frame of the door, of looking in or out of a window, rather than the window itself.*

*(Pallasmaa et al., 2006, p. 35).*

Planear a 25 anos sucessivas e cirúrgicas intervenções que permitam manter as estruturas arquitectónicas do Convento dos Capuchos estáveis, e passíveis de uso, enquadradas pela memória cultural do lugar, foi e será o desígnio do projecto original. O que se pretende desde o início, na realidade, é manter a ideia de não-intervenção em sucessivos níveis de abordagem. Ou seja, serenamente, de patamar em patamar, pretende-se robustecer uma dialéctica crítica activa, que reflita sobre quais os níveis admissíveis nesta progressão de intervenções a implementar.

Entende-se este caminhar enquanto processo dinâmico, tanto no plano material como imaterial, no sentido em que será na conjugação de ambos que se poderá alcançar o objectivo traçado, o da intervenção mínima. A questão coloca-se precisamente na definição do que se entende por «mínima». Para nós, aproxima-se da não-intervenção. O significado máximo desta ideia de não-intervenção seria podermos assistir à tomada de posse da natureza pelas estruturas arquitectónicas, permanecendo estas, contudo, na sua enigmática existência numa dicotomia de valores harmonizados e apaziguados entre si, ou seja, entre o construído e a paisagem. O repto encontra-se na manutenção deste equilíbrio, em que o inerte, se não for conservado, tende a reduzir-se a matéria de solo fértil alimentando o viço da vegetação de memória mediterrânica.

Os enquadramentos paisagísticos deste lugar são tão enigmáticos quanto belos e, em parte, devem-se ao trabalho secular do homem e à actual recuperação da natureza por este lugar como se esta reclamasse o seu ancestral direito de plenitude sobre este território, que é também espaço humanizado num ancestral processo de apropriação e de sustentabilidade mútua, ou seja, de equilíbrio das partes ao longo de gerações. A paisagem deste lugar tem na sua actual configuração a acção do homem que nela se instalou, captou e conduziu a água do seu sustento agrícola e doméstico, regularizou patamares agrícolas e introduziu trilhos fundamentais para a sua actividade de recolector de plantas, madeira, frutas e animais.

Todavia, esta realidade é muito mais do que apenas a mera percepção material da paisagem composta pelos que aqui se recolheram. Será precisamente a escolha deste lugar e a sua elevação a espaço de meditação, contemplação e de observação do universo, que terá determinado a unidade de memória cultural que procuramos compreender e preservar em conjunto com os valores materiais em presença. Os habitantes deste Convento terão procurado o sagrado nos espaços por si construídos numa relação canónica da tratadística arquitectónica em estreita relação com o sentido do lugar. Na sua aspereza natural, a serra revela os telúricos afloramentos rochosos calcários, vertentes de densa vegetação, veios cavernosos abertos pela força das águas subterrâneas que, junto ao Convento<sup>1</sup>, irrompem à superfície, revelando as brechas alaranjadas do cordão Leste da serra da Arrábida, que o poeta Sebastião da Gama batizou de «Serra Mãe» em poema, enquanto que Camões a refere sob a forma de soneto

*Anda no romper d'alva a nevoa cega  
Sôbre os montes d'Arrabida viçosos,  
Em quanto o solar raio lhes não chega  
(...)*

#### ECLOGA VIII. PISCATORIA.

Recorrer à palavra «intervencionar», quando nos reportamos à preservação das estruturas arquitectónicas no Convento de São Paulo, é algo que ainda não consideramos adequado, na justa medida em que esta palavra pode induzir profundas alterações, não apenas físicas, mas também de ambiência espacial, sensorial e de contexto paisagístico. Será necessário um amplo tempo de reflexão até que esta palavra possa ser considerada. Esta será a mais significativa questão que está na base da nossa ideia de que a acção mais adequada para este Convento, e respectivo contexto paisagístico, é consolidar o propósito de se definir e estabelecer «uma não-intervenção no plano cultural». Assim,

<sup>1</sup> Ou melhor, juntando-se a estes afloramentos rochosos o Convento.

se deverá precisamente definir desde logo o que é para nós não-intervenção cultural, uma vez que, paradoxalmente, não significa não-intervir em absoluto. O que procuramos são princípios filosóficos que fundamentem por um lado o sentido que propomos para este lugar, em termos de memória cultural e, por outro, que estes princípios se articulem com os parâmetros necessários para a permanência física das ruínas, numa perspectiva de as re-utilizar com critérios técnicos e culturais.

A avaliação cíclica do *Plano Orientador*, definido em 2010 e a desenvolver a vinte cinco anos<sup>2</sup>, permitirá o seu reajuste perante duas realidades: a primeira de ordem prática, relacionada com pequenas obras de manutenção, limpeza e de organização de eventos, registando-se em cada ciclo de uso, as eventuais novas anomalias e a capacidade de carga humana dos espaços, entre outros aspectos; uma segunda acção proposta no Plano, diríamos «de fundo», prende-se com a discussão teórica estabelecida em função do critério de «não-intervenção no plano cultural», ou seja, identificar para potenciar a evolução desses parâmetros pré-estabelecidos, de modo a ajustá-los à mutação do tempo histórico e da própria evolução das estruturas arquitectónicas.

Esta discussão teórica deverá ser desenvolvida no âmbito da equipa de acompanhamento dos Conventos dos Capuchos e de São Paulo, onde se integram os representantes da instituição proprietária, Associação de Municípios da Região de Setúbal (A.M.R.S.), sendo ciclicamente aberta à discussão pública através de encontros com a comunidade. A possibilidade de se realizarem investigações em diversas áreas do conhecimento, no âmbito dos Conventos e respectivos contextos paisagísticos, poderá potenciar novas abordagens, quer nos planos patrimonial, geográfico, ambiental e outros que poderão despoletar ideias de usos específicos para ambos os Conventos da Quinta de São Paulo, ainda que, no caso específico dos Capuchos se entenda que a ideia de preservação tenha por base a «não-intervenção no plano cultural».

<sup>2</sup> Ver Victor Mestre (2017) *Síntese da Metodologia...* Cadernos de Alferrara, n. 0 (junho), pp. 121-123

A questão ambiental que emoldura os Conventos constitui um tema de enorme relevância na justa medida em que esta nos permite compreender a história secular da humanização da paisagem envolvente, física e espiritual. Recorremos à análise de Françoise Choay sobre o pensamento de John Ruskin (1819-1900), no seu texto «A Lâmpada da Memória», em que este autor se deslumbra com a paisagem de Joux:

*Estas flores que renascem incessantemente e estes rios que correm sem parar tinham sido tingidos com as cores profundas da resistência, da coragem e das virtudes do homem; e os cumes das sombrias colinas, que se erguem no céu vespéral, apelam a uma veneração mais profunda porque as suas sombras longínquas se projectam a leste nas fortificações altivas do forte de Joux e sobre o torreão quadrado de Granson.*

*(Choay, 2011, p. 158).*

Esta pequena e pungente alegoria reacende a memória pelos que pereceram numa antiga disputa recolocando-os no tempo e no espaço real e simultaneamente recreado, elevando a noção de importância do que constitui a memória cultural. Esta referência tem sobretudo o propósito de exemplificar o quanto uma paisagem histórica potencialmente acomoda um percurso, um conjunto de acontecimentos vivenciados que transformaram este lugar físico num lugar de memória. A permanência cuidada, e a visita informada deste contexto por si só, resultará num memorial destes acontecimentos. Choay contextualiza este autor na sua multidisciplinaridade desde logo na sua dimensão artística, revelando ter ele sido “o grande celebrador de Turner” (2011, p. 155), como também no seu compromisso social, na vertente pela qual ficou mais

conhecido: a conservação do património em alternativa à restauração dos monumentos. Uma outra dimensão está profundamente relacionada com os valores antropológicos e etnográficos:

*Precedendo o trabalho dos etnólogos actuais, afirma e reafirma a indissociabilidade no homem da natureza e da cultura, isto não reenvia somente para o corpo e para os seus diferentes sentidos, mas da mesma maneira para todos os elementos distintivos dos lugares (fauna, flora, geologia, clima...)*

*(Choay, 2011, p. 156)*

A harmonia com o contexto paisagístico estabelece-se com a poesia e a arquitectura, sendo o lugar onde ambas vão adquirindo espessura precisamente na percepção de que se entrecruzam e formam uma unidade, uma identidade estética. Retomando as palavras de Ruskin sobre arquitectura:

*É na medida em que a arquitectura capta e preserva esta relação sagrada que apela à nossa mais séria reflexão. Podemos viver sem ela, podemos adorar sem ela, mas sem ela não podemos recordar. (...) A ambição dos antigos construtores de Babel dirige-se com pertinência ao nosso mundo actual: a propensão dos homens para esquecer que há apenas dois vencedores eficazes, a Poesia e a Arquitectura; esta última inclui de alguma maneira a primeira e revela-se, na sua realidade, mais poderosa: é bom possuir não somente o que os homens sentiram e pensaram, mas o que as suas mãos manipularam, o que a sua força moldou, o que os seus olhos contemplaram todos os dias da sua vida*

*(Choay, 2011, p. 158)*



Ruskin releva a importância dos sentidos no pensamento arquitectónico, não só enquanto projecto mas também enquanto processo de construção. Considera o valor documental das ruínas gregas enquanto fragmentos de uma cultura específica e, postula dois deveres: “(...) tornar a arquitectura contemporânea histórica (...)” e “(...) preservar como a mais preciosa das heranças a arquitectura dos séculos volvidos” (Choay, 2011, p. 159).

Este é o dado fundamental de uma cadeia de valores identificados de que resultou a proposta para este Convento dos Capuchos, constituindo-se num exemplo paradigmático de intervenção em património. A «não-intervenção no plano cultural» terá no caso deste Convento um claro exemplo onde a preservação e usufruto do património arquitectónico não dependerá de uma intervenção de reabilitação, reconstrução e ou renovação para poder ser reutilizado ou ser entendido enquanto ruína visitável. Contudo, para além dos processos de salvaguarda de ordem material, o que se pretende demonstrar é que estes se complementam na memória cultural enquanto processo contínuo não-desligado das vivências aí ocorridas durante gerações, de utilizadores directos e de visitantes ocasionais.

As evidências dessas vivências são parte da compreensão histórica do lugar, que se procura dar a conhecer sem necessariamente ter de se intervir fisicamente com modelos esgotados em processos repetitivos, por sobreposição de novas entidades e expressões arquitectónicas. Este é um lugar de enorme contenção em termos de intervenção, em termos de se lhe adicionar novos tempos históricos, por via construtiva. O actual conjunto arquitectónico encontra-se precisamente em processo de desconstrução, contrariado pelas estruturas efémeras que se lhe implantaram num processo de «reversibilidade de ruína» e, simultaneamente simulando o processo construtivo que o erigiu, sobre um percurso de visita marcado pelo saibro laranja no chão. Trabalhar com paradoxos em património arquitectónico é algo de complexo e desafiante no sentido em que nada é

eterno e por isso deverá ser revisitável ciclicamente, para renovar e introduzir novidade, esclarecimento, clareza de conceito e proposta num processo em constante evolução.

O Convento dos Capuchos de Alferrara existe enquanto expressão arquitectónica num contexto paisagístico indissociável, e tal como se encontra expõe uma identidade cultural única, que entendemos que se deve aprofundar nos valores imateriais da sua longa memória cultural, enquanto processo de salvaguarda, enquanto matriz de «não-intervenção no plano cultural». Neste âmbito, e enquanto segunda fase, sugerimos que o percurso se consubstancie nos valores sensitivos enquanto processo exploratório do lugar do edificado e das suas conexões com o contexto ecológico e ambiental seguindo princípios fenomenológicos estudados pelo filósofo e arquitecto dinamarquês Juhani Pallasmaa:

*Every touching experience of architecture is multi-sensory; qualities of matter, space, and scale are measured equally by the eye, ear, nose, skin, tongue, skeleton and muscle. Architecture involves seven realms of sensory experience which interact and infuse each other*

*(Pallasmaa et al., 2006, p. 30)*

Este poderá ser o processo de regresso à escolha do lugar de implantação, da sua compreensão enquanto percepção dessa escolha para a instalação primordial dos Conventos desde logo o de São Paulo que foi o primeiro (1383-85), mas também o dos Capuchos que invulgarmente se instalou na sua proximidade mais tarde (1578). A compreensão dos sentidos que terão estado na base destas implantações, apresenta seguramente um enorme desafio, tanto mais que apesar de potencialmente associados, estarão para além

das necessidades comuns como água em abundância e alimentos silvestres da serra. A compreensão do lugar etéreo, enquanto ligação cósmica será provavelmente também algo a considerar dentro da cultura histórico-religiosa das respectivas congregações.

Contudo, os sentidos a que nos reportamos estão conectados com o pensamento do filósofo Juhani Pallasmaa e o quotidiano das nossas vivências. Estes relacionam-se com o modo como lidamos na actualidade com os objectos e os edifícios nas suas diferentes densidades imateriais, com o que sugerem na sua espessura temporal, na transmissão de valores diluídos na mudez das suas paredes, nos traços semicultos da transformação da paisagem. Caminhar e sentir com as mãos a deslizar no tempo e no espaço, pode parecer algo incompreensível, inútil, perante o grande desafio que é o desejo de permanência do conjunto de estruturas arquitectónicas que formam o conjunto edificado que acolheu a congregação capucha. No entanto, esta atitude poderá salvar o convento de um acto bem-intencionado mas precipitado, na sua redutora *performance*.

O Convento dos Capuchos mantém parte significativa da sua organização espaço-funcional e volumétrico-formal, mas a sua imaterialidade, segundo o nosso sentir, adquiriu uma maior “força” de apelo de conservação, que supera a dimensão exclusivamente arquitectónica. O que gostaríamos de salvaguardar, nesta fase, é precisamente aquilo que não é visível, que não é mensurável, mas que é essencial para que se mantenha o sentido e os valores do lugar. Presentimos que qualquer intervenção física que não substantive a imaterialidade do lugar enquanto acção primordial, será destrutiva das ambiências únicas e irrepetíveis que dão a singularidade ao Convento e ao seu contexto. A ruína, enquanto construção de si própria, no sentido em que se estabilizou na sua actual identidade física, é depositária de “**SILENCE, TIME, AND SOLITUDE**” como refere Juhani Pallasmaa:

*However, the most essential auditory experience created by architecture is tranquillity. Architecture presents the drama of construction silenced into matter and space; architecture is the art of petrified silence. After the clutter of building has ceased and the shouting of workers has died away, the building becomes a museum of a waiting, patient silence.*

*(Pallasmaa et al., 2006, p. 31)*

## **Bibliografia**

---

PALLASMAA, Juhani; et al. (2006) Questions of Perception. Phenomenology of Architecture. San Francisco: William Stout Publishers.

CHOAY, Françoise (2011) As questões do património. Antologia para um combate. Lisboa: Edições 70, lda.

# Caderno *1.2*

## *Digitalização da ruína: Rumo a uma Reconstrução Virtual dos Capuchos de Alferraraa*

*Jesse Rafeiro<sup>1</sup>, Ana Tomé<sup>2</sup>*

<sup>1</sup> Carleton University, 1125 Colonel By Drive, Ottawa, ON K1S5B6, Canada

<sup>2</sup> CERIS, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Av. Rovisco Pais 1, 1049-001, Lisboa, Portugal

## *Introdução*

---

Em cada esquina de Nossa Senhora da Conceição, dos franciscanos capuchos de Alferrara, encontra-se um nicho escondido cujas relíquias e orações se perderam no tempo. Vestígios e lacunas em pedra seduzem a imaginação dos visitantes, na tentativa de reconstruir uma visão do passado a partir de fragmentos físicos. Enquanto o próprio silêncio evoca volumes e gerações de frades que ali viveram, há inúmeros valores que estas paredes nos podem ensinar se estivermos dispostos a fazer uma pausa e a olhar mais de perto. Este é o objetivo da nossa investigação em Alferrara.

Alicerçados na interseção de áreas científicas diversas (e.g., arquitetura, história, arqueologia, estudo de arquivos, tecnologias digitais), pretendemos aprofundar o conhecimento desta antiga comunidade e das suas razões de ser, contribuindo para um futuro plano de reabilitação do convento. Em termos práticos, tal implicará reconstruir digitalmente o edifício no seu estado atual, por um lado, e, por outro, proceder a uma leitura interpretativa dos espaços de acordo com os seus usos passados. Será pertinente alargar o âmbito do estudo, clarificando a relação entre a vida conventual e a paisagem e, neste sentido, abranger a cerca, o território partilhado com o vizinho Convento de São Paulo e os recursos hídricos, fundamentais para a subsistência da vida conventual. Considerando os numerosos resultados possíveis da modelação digital, tais como desenhos planimétricos 2D, sequências visuais aéreas e impressão 3D, prevemos que a investigação forneça um meio para comunicar os valores capuchos, ou seja, desenvolver um arquivo do edifício – integrador, dinâmico e funcional – que permita recolher o conhecimento surgido ao longo de campanhas de investigação passadas, presentes, e futuras com possibilidade de atualização permanente dos dados e sua consulta.

### *Investigação prévia*

Em 2019, iniciámos o estudo dos Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida, versão do século XVII, (Rafeiro, Tomé e Fontes, 2020a; Rafeiro, Tomé e Fontes, 2020b) para melhor compreender a forma de vida capucha em vários conventos (Caparica, Sintra, Alferrara, Arrábida) pertencentes à província da Arrábida. Através das regras, explorámos incongruências entre o ideal (regras textuais) e o real (edifícios específicos).

Ditando as práticas da vida quotidiana, as regras definiam diretivas para uma vida de estrita observância, de acordo com os ensinamentos de S. Francisco, os quais sustentavam a pobreza, a contemplação silenciosa, a vida comunitária e o cuidado pastoral como as suas virtudes mais elevadas. O texto organiza-se em capítulos que descrevem, em pormenor, a forma de vida capucha, incluindo as hierarquias governativas no seio da comunidade, os seus procedimentos gerais, as práticas do coro, os rituais de jejum e, até, o hábito capucho, entre outros. No capítulo 40, “Dos Edifícios”, são determinadas as dimensões exatas para um conjunto de espaços conventuais, e seu respetivo mobiliário: igreja, coro, sacristia, capítulo, cozinha, refeitório, despensa, dormitórios, biblioteca e hospedaria. Dado os Estatutos providenciarem o ideal sistémico que todos os conventos da província da Arrábida deveriam seguir, pudemos explorar até que ponto as regras (sobretudo as construtivas) foram aplicadas, ou alteradas, nos diferentes conventos.

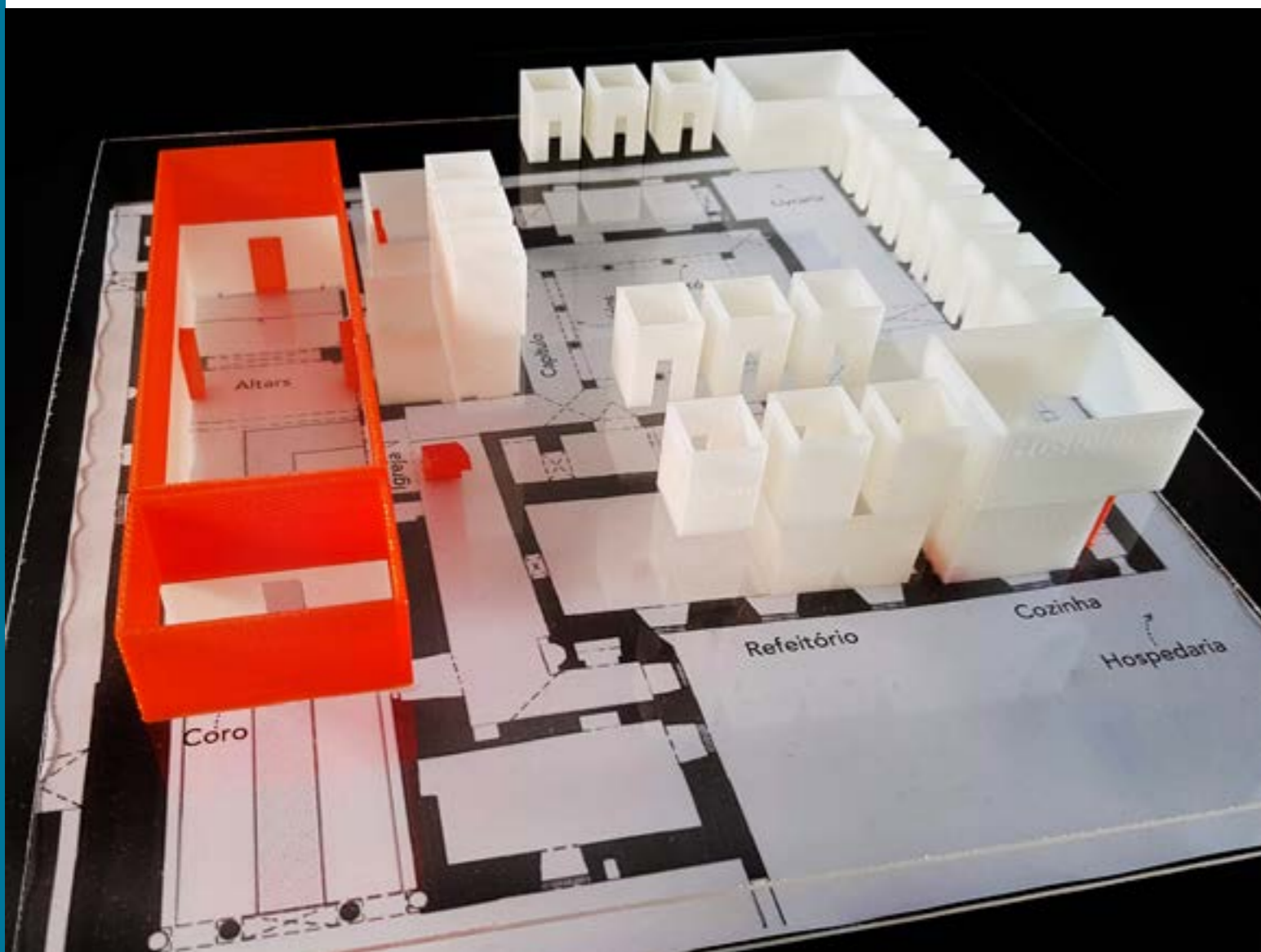
As adjacências e as dimensões espaciais não foram sistematicamente definidas nas regras capuchas. Determinados espaços são definidos segundo dimensões concretas, enquanto outros são apenas mencionados, sem quantificar as suas dimensões. Visando aprofundar o entendimento destas relações, produzimos um modelo volumétrico, impresso em 3D, constituído por todos os espaços conventuais referidos nos Estatutos, representado-os por paralelepípedos. O sistema original de medição (palmos e dedos) foi, primeiramente, convertido em convenções

métricas atuais, segundo a proposta de equivalências de Oliveira Marques (1963). Para diferenciar entre volumes com e sem informação dimensional, os paralelepípedos foram representados por cores diferentes. Espaços, ou elementos de mobiliário, sem dimensões especificadas foram representados pela cor vermelha. Os outros foram representados pela cor branca e os respetivos paralelepípedos representados, à escala do modelo (1:100), segundo as dimensões definidas no texto.

O Convento de Alferrara é, tanto quanto sabemos, um dos menos conhecidos e menos estudados conventos capuchos que temos vindo a abordar. Com uma pesquisa arquivística e documental escassa (até à data), sabe-se muito pouco sobre a vida dos seus antigos frades. No entanto, o edifício não terá sofrido modificações significativas desde a extinção das ordens religiosas em 1834, para além dos trabalhos recentes de estabilização das ruínas (Aleixo e Mestre, 2020), os quais tiveram como princípio orientador o respeito pela pré-existência. Este aspecto intocado, do convento que nos chega até aos dias de hoje, é essencial para uma melhor compreensão não só deste convento em si mas, também, para o estudo de outros conventos da província, uma vez que alguns sofreram intervenções que lhes alteraram a traça original. Deste modo, a visualização das regras, através da sua impressão em 3D, facilita-nos o entendimento sobre o que poderia ser a configuração espacial capucha quer em termos do seu arquétipo, quer na sua tradução em casos específicos.

O aspecto determinante de Alferrara, quando comparado com outros conventos da mesma província, foi a implantação do edifício numa faixa de terreno estreita, à beira de uma escarpa. Tal situação condicionou a planta do edifício, determinando uma configuração atípica do claustro e da igreja. Devido a estas limitações, era improvável que as dimensões dos espaços conventuais excedessem as determinações da regra, permitindo-nos assim uma aproximação ao ideal arrábido. A utilização da impressão 3D foi a abordagem que mais contribuiu (até agora) para a

reconstituição da disposição dos espaços no piso superior do edifício, quase totalmente destruído. Testes preliminares com o modelo (Figura 1) permitiram-nos especular sobre hipotéticas localizações de vários espaços – por exemplo, celas e biblioteca – através da compatibilização entre os vãos remanescentes do segundo piso e os paralelepípedos extraídos dos Estatutos.



**Figura 1**  
Interpretação espacial do Convento dos Capuchos de Alferrara segundo os Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida. Em primeiro plano destaca-se o segundo piso, sendo possível visualizar uma hipótese de configuração: igreja e coro alto (vermelho); celas e biblioteca (branco).

A utilização de modelos físicos permite uma ilustração mais inclusiva dos esforços de reconstrução virtual, passível de ser compreendida por um público especializado mais alargado, não só de arquitetos e historiadores mas, também, de outras áreas de investigação. Os modelos físicos, e as hipóteses de reconstituição por estes representadas, permitem não só comunicar uma ideia global do edificado mas, também, evidenciar as atuais lacunas de informação quanto à organização espacial do convento. Os nossos estudos abrangeram os conventos dos capuchos da Caparica, Sintra, Alferrara e Arrábida. Os resultados foram apresentados na 1ª edição das Jornadas de Estudo de Alferrara (IPTI, 2019). Tomando como ponto de partida os estudos anteriormente desenvolvidos, foi organizado um fórum de discussão em torno da arquitectura capucha, dos ideais e normas determinantes da forma de vida dos frades capuchos, suas concretizações e radiações, e leitura dos espaços conventuais e suas funcionalidades. O encontro, organizado por João Luís Fontes (NOVA FCSH-IEM; CEHR-UCP), Ana Tomé (CERIS, IST, UL) e Jesse Rafeiro (Universidade de Carleton), teve lugar no Convento de São Paulo em Alferrara e foi apoiado pela AMRS (Associação de Municípios da Região de Setúbal). A investigação foi financiada por uma bolsa de investigação do programa New Paradigm / New Tools (NPNT), patrocinado pelo Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (SSHRC). O programa NPNT questiona como as ferramentas digitais emergentes, no âmbito da documentação patrimonial, podem ajudar a compreender e preservar os valores tangíveis e intangíveis de um lugar.

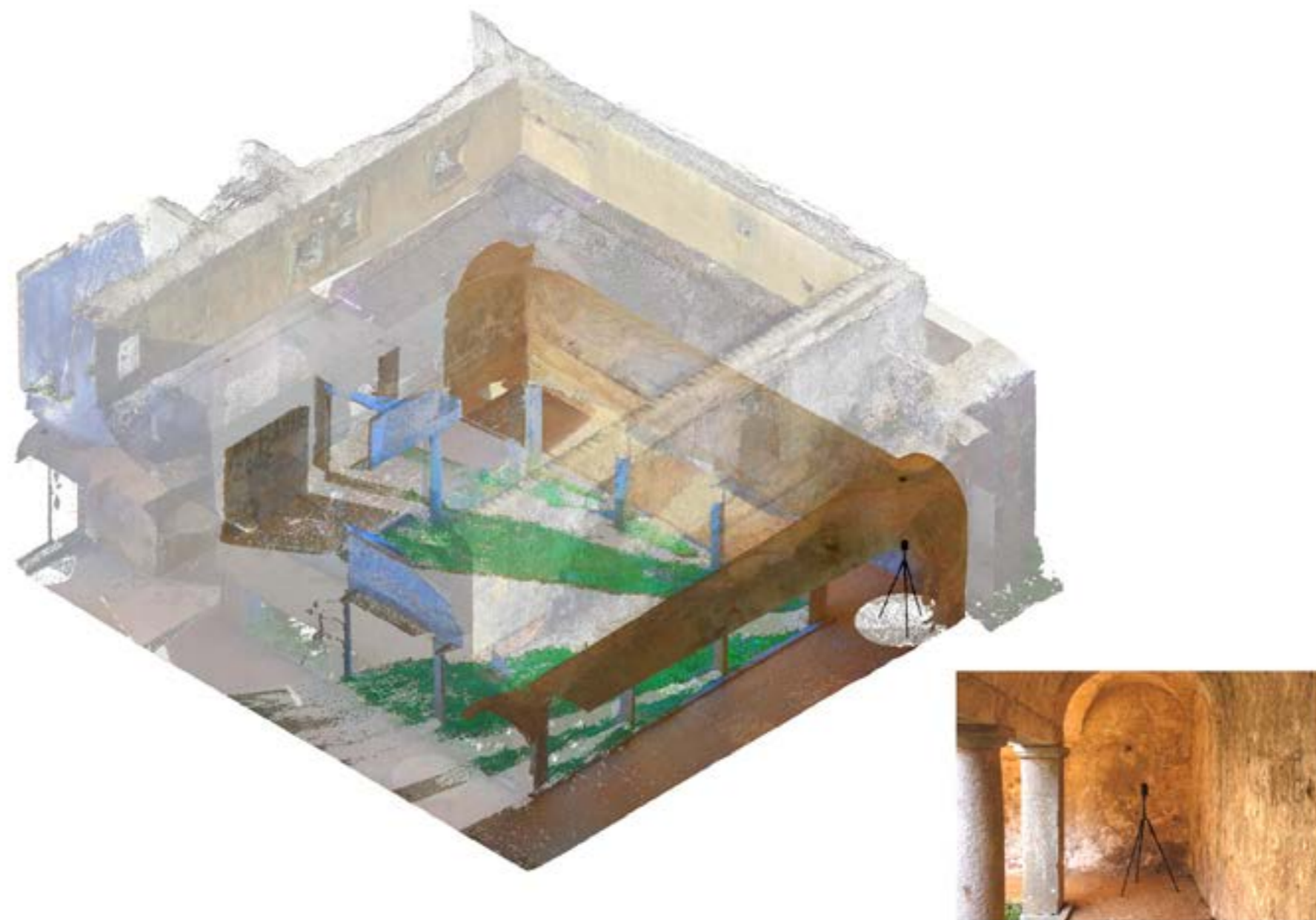
### **Documentação Digital**

Após esta fase preliminar de investigação, empreendemos recentemente (fevereiro de 2022) uma rigorosa campanha de documentação digital do Convento dos Capuchos de Alferrara, envolvendo digitalização (ou varrimento) laser para capturar fachadas e interiores, e fotogrametria aérea, com recurso a drone, para capturar dados das coberturas e do segundo piso.

O varrimento laser utiliza um dispositivo conhecido como scanner laser terrestre. O dispositivo emite ondas laser, num ângulo de 360°, recolhendo medições geometricamente precisas das superfícies do espaço circundante: capta milhões de pontos por segundo, formando uma nuvem de pontos tridimensionais, que podem, ou não, ter associada informação de cor das superfícies sob registo. Os dados de cor RGB são associados a cada ponto utilizando uma câmara integrada no scanner. A qualidade da nuvem depende das configurações do scanner, da distância e do material da superfície a digitalizar e, também, do número e tipo de obstáculos existentes no espaço. Durante a digitalização, o scanner deve permanecer fixo num lugar (estacionamento). Neste caso, cada digitalização levou cerca de 6 minutos para atingir a maior densidade de pontos, com informação de cor associada. Os suportes estruturais de madeira, que atualmente consolidam o edifício, interferiram frequentemente com a digitalização do espaço – foi por isso necessário realizar vários estacionamentos, no mesmo espaço, para alcançar um maior grau de precisão no seu registo.

Após a realização dos varrimentos necessários, recorre-se a software específico para efetuar o chamado registo dos dados, i.e., unir os varrimentos com base na sobreposição da informação. O resultado final do processo é designado como nuvem de pontos – trata-se, efetivamente, de um conjunto de pontos, ou nuvem, cada um definido por uma coordenada tridimensional (x, y, z), representando, esse conjunto, um objeto ou espaço digitalizado.

Para além da digitalização laser, utilizámos também um processo de documentação conhecido como fotogrametria para captar dados sobre espaços de difícil acesso, tais como as coberturas, o segundo piso e a parede de contenção da escarpa. A fotogrametria é obtida através de um processo conhecido como SfM (Structure of Motion; em português: Estrutura do Movimento), o qual conjuga várias fotografias sobrepostas do mesmo assunto para produzir



**Figura 2**  
Esquerda: nuvem de pontos, sobreposta aos dados da nuvem de pontos combinados. Direita: Leica BLK (scanner laser terrestre) documentando, no mesmo local de varrimento (área de cor castanha), o claustro de Alferrara.

dados métricos. Neste levantamento fotogramétrico, foi utilizado um drone para capturar um grande número de fotografias de alta resolução do edifício a partir do ar – daí a designação de fotogrametria aérea. Na fotogrametria, as imagens devem sobrepor-se de modo a que o mesmo ponto seja visível em várias fotografias e segundo diferentes pontos de vista. Depois das imagens serem processadas, é utilizado um software para as alinhar automaticamente, e gerar as nuvens de pontos das superfícies representadas. Ao contrário da nuvem de pontos de um scanner laser terrestre, automaticamente registada na mesma escala que o objeto ou espaço reais, a nuvem de pontos de levantamentos fotogramétricos devem ser escalada de acordo com miras previamente instaladas no edifício, ou em torno deste. Como o output de cada técnica são ficheiros de nuvens de pontos cujos tipos são compatíveis, é sempre possível combinar os dados. O resultado é uma reconstrução 3D de alta resolução que contém informação de forma (incluindo a morfologia do terreno), textura e cor.

No total, foram efectuadas 93 digitalizações a partir do scanner laser terrestre, e 6 voos do drone, ao longo de 3 dias. Um dos desafios para a documentação em Alferrara foi ligar os varrimentos entre os numerosos e pequenos espaços intersticiais no interior, bem como ligar os varrimentos do exterior, em locais onde árvores e folhagens ocultam as esquinas do edifício. Esta dificuldade aumentou no caso das fachadas próximas da escarpa. Aqui foi particularmente difícil ligar as localizações dos varrimentos das fachadas entre si, pois a ocultação das esquinas pela vegetação conjugou-se com a estreiteza do campo de visão.

### ***Planos Futuros***

Os dados da nuvem de pontos constituem a base da modelação digital do Convento de Alferrara, atualmente em desenvolvimento, no âmbito do mestrado de Inês Almeida, aluna finalista do Instituto Superior Técnico (mestrado integrado em arquitetura). O processo de modelação digital



**Figura 3**

*Esquerda: sequência de fotografias sobrepostas do convento, adquiridas por um voo. Direita: Fimmi drone (Xiaomi) adquirindo fotos do segundo piso.*





**Figura 4**  
Nuvem de pontos final resultante da digitalização laser (scanner laser terrestre) e da fotogrametria aérea (drone).

utilizado, designado por Building Information Modelling (BIM), constitui-se como um padrão da indústria, nos âmbitos da arquitetura, engenharia, construção e operação (AECO). Em circunstâncias normativas, o BIM é utilizado como uma ferramenta multidisciplinar de colaboração e comunicação entre técnicos envolvidos num projeto de construção corrente. Permite uma base de dados sobre um edifício, a qual pode conter não só informação geométrica e gráfica, como também outras, tais como composição dos materiais ou especificações técnicas dos fabricantes. Contudo, nos últimos anos, o BIM tem sido também cada vez mais aplicado no contexto de edifícios históricos, para uma variedade de objetivos, tais como a conservação, gestão e divulgação pública do património – um processo conhecido como HBIM (Historic ou Heritage Building Information Modeling). O HBIM visa definir métodos específicos de produção BIM aplicada a edifícios históricos – recorrendo, normalmente, a nuvens de pontos para desenvolver modelos de precisão milimétrica. Com a possibilidade do modelo digital ser complementado com informação não geométrica (como, por exemplo, dados históricos, desenhos e análise de deformações), pode servir simultaneamente como arquivo funcional e instrumento de pesquisa e divulgação do património.

Um dos desafios enfrentados pelas gerações vindouras respeita à capacidade de preservar tradições e conhecimentos culturais no âmbito das práticas de documentação digital. Este tipo de trabalho continua a ser uma agenda importante para todos aqueles que procuram, em todo o mundo, novas formas de registar, proteger e divulgar valores tangíveis e intangíveis do património arquitetónico. Enquanto as reconstruções digitais tentam, frequentemente, reimaginar um antigo estado físico de um edifício, objeto ou lugar, nós tentamos, além disso, reconstruir os aspetos intangíveis encarnados através dos elementos físicos remanescentes. Um dos desafios específicos de um projeto de reconstrução digital em Alferrara será manter vivo o espírito da ruína. Quanto pode ser reconstruído, virtualmente, sem perturbar a nossa

impressão do lugar físico? A reconstrução virtual pode ser intencionalmente inacabada, e transformar-se ao longo do tempo, com novas informações? Exploraremos estas questões à medida que definirmos, em conjunto com outras áreas científicas, novas direcções na documentação patrimonial.



**Figura 5**  
Nuvem de pontos completa a utilizar na modelação digital (os pontos pretos representam algumas das estações de digitalização). Cima: seção longitudinal da igreja. Baixo: piso térreo do convento.

## Referências

IPTI. (2019) Jornadas de Estudo de Alferrara 2019. [Em linha] 28 de novembro de 2019. Disponível em: <https://ipti.pt/jornadas-de-estudo-de-alferrara/?lang=pt-pt>. [Acedido: 15 de março de 2022].

Aleixo, S. & Mestre, V. (2020) Reunir o tempo e o espaço no/do Convento dos Capuchos de Alferrara. Em: Conde, A.F., Magalhães, O. & Gouveia, A.C. (dir.). O Claustro e o Século: Espaços, Fronteiras e Identidades [Em linha]. Évora: Publicações do Cidehus, 2020. ISBN: 9791036557927. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/9291>. [Acedido: 15 de março de 2022].

Oliveira Marques A. H. (1963) Pesos e Medidas. Em: J. Serrão (ed.). Dicionário de História de Portugal. Vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas.

Rafeiro, J., Tomé, A., & Fontes, J.L. (2020a) From Text to Model: Translating the Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida. Em: Heritech 2020, IOP Conference Series: Materials Science and Engineering, 949, 1-9. 13-15 maio 2020, Florença, Itália. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1757-899X/949/1/012070>. [Acedido: 15 de março de 2022].

Rafeiro, J., Tomé, A., & Fontes, J.L. (2020b) Giving Depth to the Traces of Nossa Senhora da Piedade de Caparica. Em: Vayas, I., & Mazzolani, F.M. (eds). Protection of Historical Constructions. PROHITECH 2021. Lecture Notes in Civil Engineering. Vol 209. Springer, Cham. 5-7 Julho 2021, Atenas, Grécia. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-90788-4\\_98](https://doi.org/10.1007/978-3-030-90788-4_98). [Acedido: 15 de março de 2022].

## Agradecimentos

AMRS – Associação dos Municípios da Região de Setúbal

Eng<sup>a</sup> Sofia Martins, Secretária-Geral da AMRS

Fábio Vicente, Coordenador da Quinta de S. Paulo (Alferrara)

Programa de formação “New Paradigm / New Tools for Architectural Heritage in Canada” financiado pelo Social Sciences and Humanities Research Council (SSHRC)

Fundação para a Ciência e Tecnologia, financiamento UIDB/04625/2020 da unidade de investigação CERIS.

# Caderno *1.3*

*Perscrutando as origens: do eremitério da pobre vida ao mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*

*João Luís Inglês Fontes*

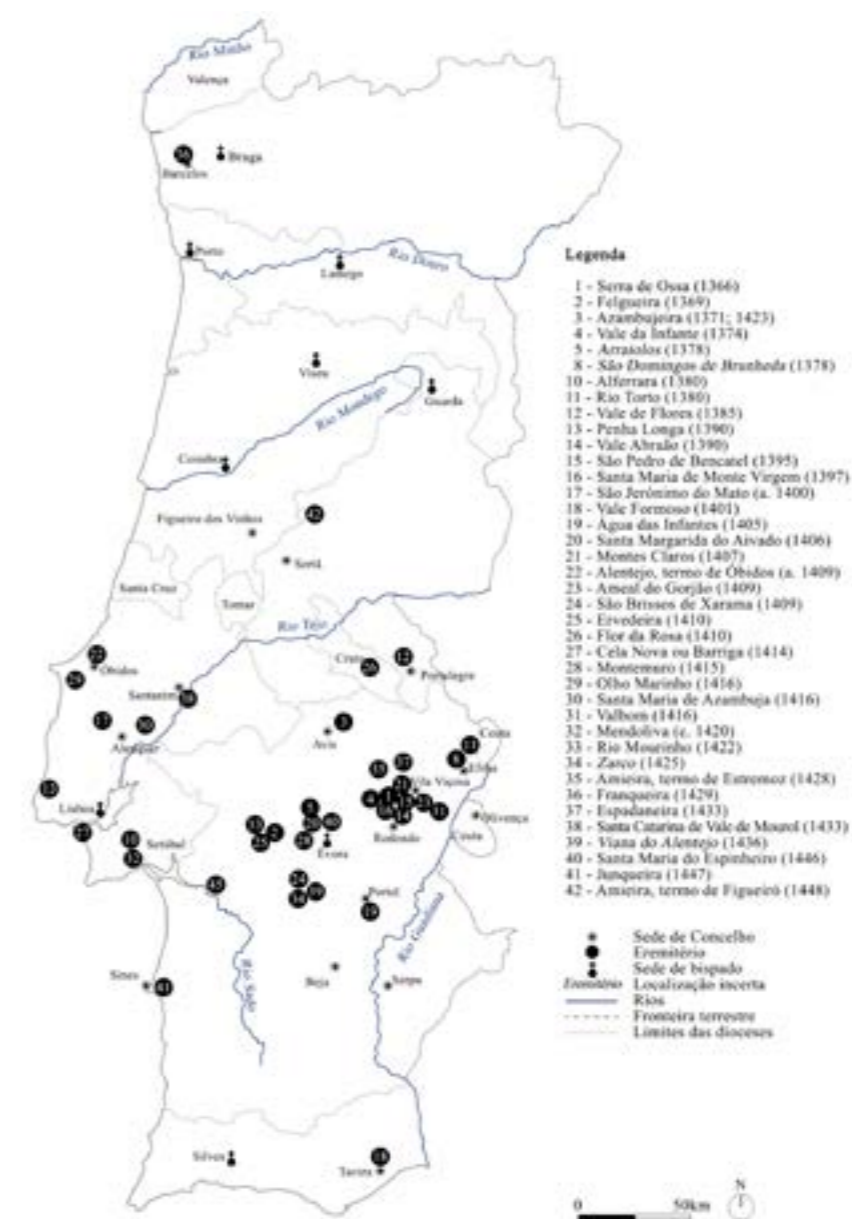
IEM – NOVA FCSH; UCP-CEHR

O mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara constitui hoje o testemunho melhor preservado da presença, na Península de Setúbal, dos antigos monges da Congregação dos Eremitas de S. Paulo da Serra de Ossa. Esta Congregação, erecta em 1482 e integrada na Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita pelo papa Gregório XIII em 1578, reunia diversas casas religiosas, definitivamente convertidas em mosteiros em finais do século XVI, que, na sua maioria, remontavam a um período bem mais antigo, prévio à observância de uma Regra (no caso, a de Santo Agostinho), à profissão pública de quaisquer votos e mesmo à adopção de uma forma de vida rigidamente estruturada e controlada. Com efeito, estes mosteiros eram herdeiros de antigos eremitérios, conservando-se ainda no local da sua primitiva implantação (o abandono desses locais viria, para muitos, algumas décadas depois).

Habitavam-nos, na sua origem, alguns homens que se dizem “da pobre vida” ou “pobres ermitães”, que emergem na documentação a partir de 1366. Uma inquirição ordenada pelo papa Gregório XI em 1376 atesta já a sua expansão pelo sul do país, vivendo isoladamente ou pequenos grupos, em sítios ermos e montanhosos, com um foco de maior concentração precisamente em torno da Serra de Ossa, no nordeste alentejano. De extração maioritariamente laical, estes eremitas associavam a pobreza voluntária a uma vida penitente e contemplativa, buscada em sítios isolados. Na linha dos antigos anacoretas, mas também da tradição franciscana, viviam do seu trabalho, cultivando as terras onde habitavam ou que lhes eram dadas e explorando os recursos das matas e florestas, por meio da apicultura e criação de animais, da caça de animais de pequeno porte ou do aproveitamento da madeira, inclusive para fazerem as famosas colheres de pau referidas desde cedo na documentação. Por vezes, alguns eremitas chegam a construir moinhos para aproveitarem os recursos hídricos disponíveis, sabendo-se como a água, em ribeiros, fontes ou poços, estava sempre necessariamente próxima<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Sobre a origem e evolução deste movimento eremítico, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e Institucionalização de Uma Experiência Eremitica. Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra de Ossa (1366-1510)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2021. Sobre a relação dos eremitas com o seu meio envolvente e a construção de uma paisagem eremítica, cf. VOLZONE, Rolando - *Architecture of the Soul. Legacy of the Eremitical Congregation of São Paulo da Serra de Ossa (Portugal)*. Lisboa: Tese de Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo apresentada ao ISCTE-IUL, 2020; VOLZONE, Rolando: FONTES, João Luís - "The Portuguese eremitical Congregation of the Serra de Ossa: spatial analysis of the monastic settlements". *Journal of Medieval Iberian Studies* 12:1 (2020), pp. 84-105, DOI: 10.1080/17546559.2019.1652838.

Na Península de Setúbal, a presença destes adeptos da “pobre vida” aparece documentada desde finais do século XIV, acompanhando a expansão do movimento eremítico, em torno das suas principais vilas: Palmela (em Alferrara, 1380), Almada (em Cela Nova ou Barriga, depois Nossa Senhora da Rosa, c. 1414)<sup>2</sup> e Setúbal (eremitério de Mendoliva, c. 1420)<sup>3</sup>.



**Mapa 1**  
A geografia dos eremitas da pobre vida (1385-1450)

<sup>2</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e Institucionalização de Uma Experiência Eremitica*, pp. 516-517.

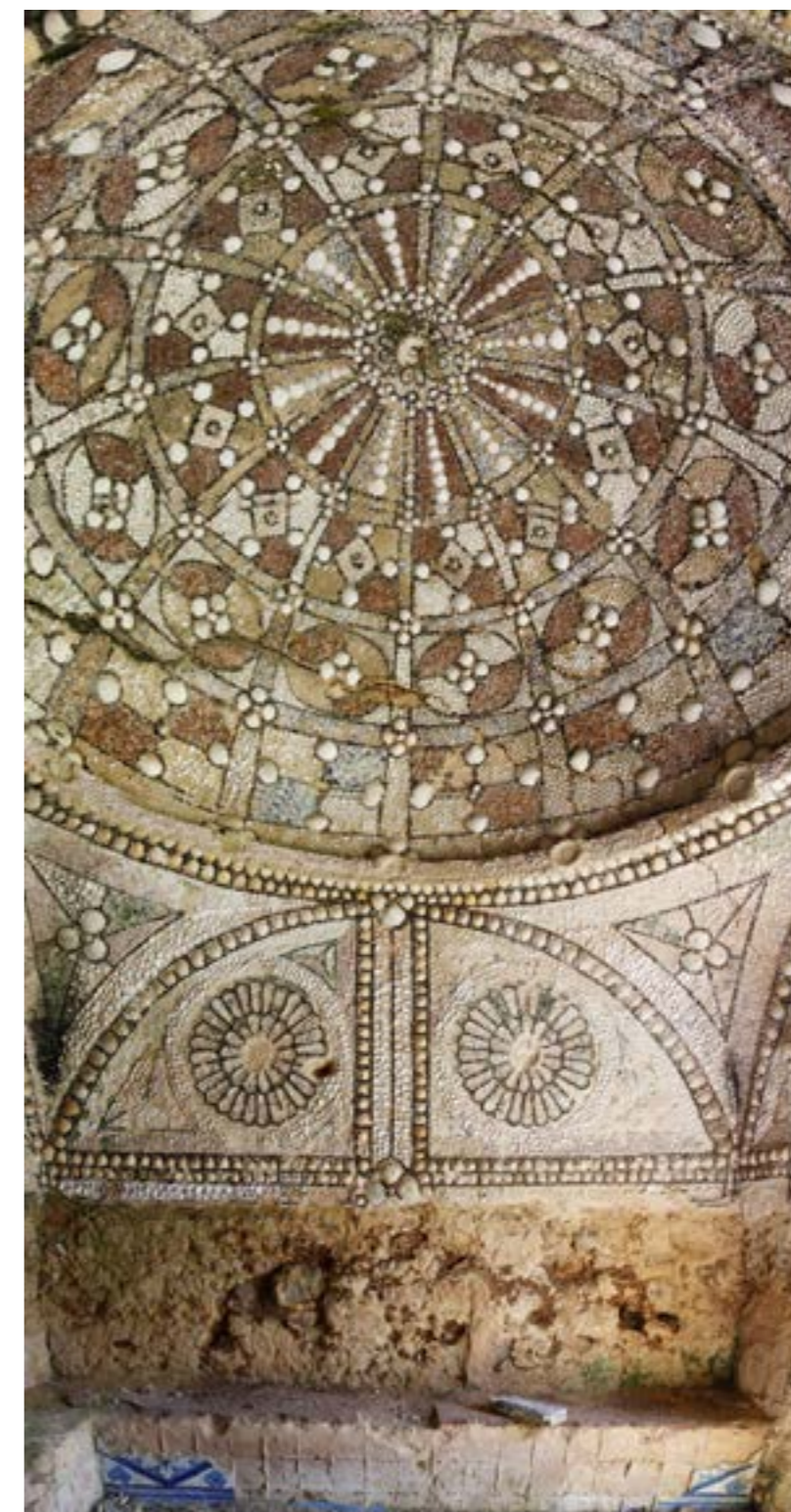
<sup>3</sup> Cf. *ibidem*, pp. 522-523.

No caso de Alferrara, o mais antigo, o primeiro documento conhecido refere-se à doação feita a João Gouvinhas, Miguel e Vasco, “ermitões da pobre vida”, por parte de um casal, Martim Vaqueiro e Isabel Martins, de uma pequena herdade “a par da Fonte Santa”, no termo de Palmela. Fazem-no “por amor [de Deus]”, com a condição de que os eremitas aí se mantenham, proibindo-lhes que possam vender ou de outra forma alhear a propriedade<sup>4</sup>. No ano seguinte, uma outra parcela de herdade, contígua a esta, é doada por uma Domingas Bacias, viúva, também ela moradora em Setúbal. De novo, a Fonte Santa é o topónimo usado para referir o lugar<sup>5</sup>. Em 1385, um outro pedaço de terra de “chão e mato”, doado por Estêvão Martins e Clara Lourenço, moradores em Setúbal, alarga ainda mais o lugar onde três eremitas – João, Afonso Aranha e Martim – continuamente serviam a Deus, determinando que o pudessem aproveitar e nele fizessem assentamento<sup>6</sup>. Por esta ocasião, o lugar já é dito de Alferrara, ficando as terras para os ditos ermitões e todos os seus companheiros.

<sup>4</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante TT), Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara, maço 3, nº 2 (1380.10.05, Setúbal).

<sup>5</sup> T, Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara, maço 3, nº 9 (1381.03.13, Setúbal).

<sup>6</sup> TT, Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara, maço 3, nº 3 (1385.12.23, Setúbal).



**Figura 1**  
Fonte Santa

Os pobres estantes em Alferrara procuram desde cedo alargar as terras disponíveis, de modo a assegurar a sua subsistência e garantir o sossego e o carácter apartado do seu modo de vida, seja pela compra de algumas propriedades<sup>7</sup>, como o pomar em Almouquim, “junto a Alferrara”, adquirido logo em 1392, seja pela aceitação de novas doações por parte de benfeitores<sup>8</sup>. Mas a presença de uma fonte de água bem conhecida na zona atraía também outras gentes, nomeadamente os que por aí traziam os seus rebanhos. Disso se queixam os pobres, logo em 1418, contra João da Serra e sua mulher, cujos animais derrubavam a cerca com que haviam delimitado o lugar, lhes tomavam a erva e invadiam e danificavam o espaço no caminho até à fonte<sup>9</sup>.

O documento é interessante por atestar com o lugar já se encontrava circunscrito por uma cerca, com a clara função de separar o espaço do eremitério do exterior, mas também que à fonte se podia aceder por um outro caminho, dito “do concelho”, que não violava a área reservada aos eremitas. Mas nada mais é dito sobre as estruturas materiais ou a organização do eremitério. Em 1426, o facto de o lugar ser referido como “oratório”<sup>10</sup> pode indiciar já a existência de uma pequena ermida ou capela, cuja construção estava permitida aos eremitas da Serra de Ossa por licença apostólica, juntamente com a possibilidade de escolherem confessor e clérigo que lhes administrasse os sacramentos e de se fazerem sepultar nos lugares em que levavam pobre vida<sup>11</sup>.



**Figura 2**  
Socalcos atuais

<sup>7</sup> TT, Documentação de Conventos por identificar, caixa 13, maço 1, nº 30 (1392.05.18, Setúbal)

<sup>8</sup> Um olival com seu chão, sito em Almouquim, “junto com o dicto lugar dos dictos pobres” (TT, Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara, maço 3, nº 11 (1426.02.24, Setúbal); uma propriedade acima da Fonte Santa (Ibidem, maço 3, nº 5 – 1427.06.27, Palmela – indicada como venda, o facto é que a vendedora doa o valor da terra aos pobres por sua alma); um mato com seu chão em Almouquim (Ibidem, maço 3, nº 6 – [1427-37].12.01, Setúbal); uma propriedade em Almocim (Ibidem, mç. 3, nº 16 – 1448.12.08, Setúbal); “um chão onde chamam a Redesa” (Ibidem, mç. 3, nº 31 – 1465.03.27, Palmela); “um chão [...] onde chamam Almocrim que foi olival, em Alferrara” e “huum forno de fazer cal” (Ibidem, mç. 3, nº 32 – 1465.04.07, Setúbal); uma “herdade de pão com hua oliveira”, em Barraís, acerca da Fonte do Sol (Ibidem, mç. 3, nº 26 – [c. 1465].12.23, Palmela).

<sup>9</sup> TT, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago / Convento de Palmela, Documentos Particulares (Antiga Coleção Especial), maço 2, nº 10 (1418.08.20, Alferrara).

<sup>10</sup> Cf. nota 8.

<sup>11</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – Gênese e institucionalização, pp. 144-149.

A documentação deixa transparecer a forte atracção exercida pelos eremitas sobre as populações urbanas, em particular sobre as gentes de Setúbal. Na verdade, o eremitério, situado na encosta sul da serra dos Gaiteiros, apesar de pertencer administrativamente ao termo de Palmela, ficava próximo da vila sadina, uma urbe em pleno crescimento e cabeça da Mesa Mestral de Santiago<sup>12</sup>. Do concelho de Palmela e dos administradores da Ordem de Santiago têm também repetidos sinais de protecção e apoio<sup>13</sup>, e na própria vila possuem, desde 1469, umas casas onde, à imitação de outros eremitérios, poderiam estanciar para colocar para venda alguns dos frutos do seu trabalho, entre as frutas dos seus pomares e as colheres de pau<sup>14</sup>.



**Figura 3**  
Vista de Setúbal a partir do mosteiro

<sup>12</sup> Aliás, o concelho de Setúbal permaneceu durante bastante tempo integrado no de Palmela. Autonomizado deste em 1249, as suas rendas seriam integradas na Mesa Mestral de Santiago em 1327. O seu termo só seria delimitado em 1343 (cf. SILVEIRA, Ana Cláudia – “O espaço peri-urbano de Setúbal na Baixa Idade Média: produções e estruturas produtivas”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – *La ciudad medieval y su influencia territorial*. Nájera, Encuentros Internacionales del Medioevo 2006 – Actas. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2007, p. 163). Para um enquadramento do povoamento da região ao longo do período medieval, cf. OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas – *Na Península de Setúbal, em Finais da Idade Média: Organização do Espaço. Aproveitamento dos Recursos e Exercício do Poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2013.

<sup>13</sup> Com efeito, o próprio concelho de Palmela lhes concede em sesmaria algumas terras em 1463 (TT, Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara, mc. 3, n.º 30) e, em 1465, uma parte de um caminho que dava acesso a certas propriedades que lhes haviam sido entretanto doadas (ibidem, mc. 3, n.º 33), ambos com a permissão de D. Fernando, o administrador da Ordem de Santiago.

<sup>14</sup> TT, Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara, maço 3, n.º 56 (1469.07.15, Palmela). Os eremitas de Alferrara podiam ainda usufruir de casas similares em Coima, doadas por Catarina Afonso Guilherme aos seus congéneres de Mendoliva e em Lisboa, junto ao mosteiro da Trindade (cf. Biblioteca Pública de Évora, Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa, lv. 39, n.º 27).



Alferrara manteve, desde cedo, uma estreita solidariedade e ligação com os eremitérios de Mendoliva e Barriga, fruto, em larga medida, da acção reformadora de Mendo Seabra, um homem oriundo da corte de Avis e próximo dos monarcas João I e Duarte, bem como do Infante D. João, administrador da Ordem de Santiago desde 1418, e que sabemos já ingressado na vida eremítica em 1407<sup>15</sup>. São os próprios eremitas que, em 1428, atestam como “os pobres que desde sempre estiveram no dito logo de Alferrara foram sempre súbditos e sufragâneos ao mandado e obediência dos pobres da Serra de Ossa”, auferindo dos mesmos privilégios espirituais e temporais a eles concedidos e reconhecendo a sua jurisdição sobre o seu eremitério, com o direito de os visitar e requerer, e de colocar ou tirar pobres do dito lugar conforme achassem conveniente<sup>16</sup>. Atestam ainda como Mendo Seabra mantinha uma forma de governo original sobre o conjunto destes três eremitérios, em estreita articulação com a Serra de Ossa, conservando-os conjuntamente sob a sua autoridade e colocando em Alferrara e Barriga pobres capazes de assegurar uma eficaz gestão desses lugares e a fidelidade dos respetivos ocupantes ao seu modo de vida. Após a morte de João Fernandes, o regedor da Serra de Ossa, ocorrida provavelmente em 1428<sup>17</sup>, Mendo Seabra parece ter assumido um papel mais ativo no acompanhamento dos eremitérios ligados a esta casa, obviando então ao despovoamento e degradação que afetavam sobretudo o lugar de Barriga. Após a morte de Mendo Seabra (1442), o sistema parece ter-se mantido, dado que os três eremitérios continuam sob a alçada de João Eanes, regedor de Mendoliva<sup>18</sup> pelo menos até 1451, data em que lhe sucede nessas funções o eremita Álvaro de Valença<sup>19</sup>.

A comunidade de Alferrara acompanha as vicissitudes do restante movimento eremítico durante toda a segunda metade do século XV, face à necessidade gradual de uma maior institucionalização, ao reforço dos laços de solidariedade entre os eremitérios em torno da Serra de Ossa e à salvaguarda da sua autonomia face, quer a uma estratégia de crescente intervenção e controlo desenvolvida pela Coroa,

<sup>15</sup>Sobre o seu percurso, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização, parte II*, B 301, pp. 415-421.

<sup>16</sup> Cf. TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara, maço 3, nº 12* (1428.01.13, Setúbal); *ibidem*, maço 2 de pergaminhos, nº 34 (1445.09.29, Setúbal).

<sup>17</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização, parte II*, B 223, pp. 367-372.

<sup>18</sup> Conforme expressamente indicado por Mendo Seabra no seu testamento (cf. TT, *Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara, maço 3, nº 17* – 1442.02.12). Sobre este eremita, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização, parte II*, B 218, pp. 362-363.

<sup>19</sup> Sobre este eremita, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização, parte II*, B 40, p. 271.

quer às tentativas de anexação de alguns eremitérios por parte de lóios e jerónimos, duas ordens igualmente rigoristas e prestigiadas, apoiadas pela realeza e pelas elites leigas e eclesiásticas do reino. Na verdade, D. Afonso V impõe aos eremitas um regimento em 1452, com três juizes encarregues de julgar as suas causas e com a prerrogativa de não se fazerem ou aceitarem novas fundações sem o seu expresse consentimento<sup>20</sup>. Em 1455, um outro diploma régio vinha impedir a alienação de bens pelos eremitérios sem a expressa licença das restantes casas e, em particular, da Serra de Ossa<sup>21</sup>. As tentativas de anexação dos eremitérios de Santa Margarida do Aivado e Montemuro, no termo de Évora, por parte dos Lóios (1460)<sup>22</sup>, e da própria Serra de Ossa e de Rio Mourinho, no termo de Montemor, pelos jerónimos de Santa Maria do Espinheiro de Évora (1476-1478)<sup>23</sup>, precipitam a constituição de uma “irmandade” entre os eremitas em torno da Serra de Ossa (1466)<sup>24</sup> e a sua aceitação da profissão pública do voto de castidade (1477-1478)<sup>25</sup>, que os distinguia definitivamente dos leigos e os aproximava das restantes formas de vida religiosa reconhecidas e tuteladas pela Igreja. Em 1482, D. João II logra reunir os eremitas em capítulo, levando-os a aceitar a sua conversão numa Congregação, com um governo centralizado (o regedor da Serra de Ossa passa a ser o seu provincial, com jurisdição e direito de visita sobre todas as casas), mandatos trienais para os eremitas encarregues do governo de cada uma das suas casas e a preparação dos primeiros textos normativos, ainda muito simples, sujeitos à confirmação régia em 1488<sup>26</sup>.

O eremitério de Alferrara, alargado com a doação ou compra de terras em seu redor, delimitado por uma cerca e com uma capela ou ermida, parece ter-se mantido com uma comunidade de dimensões reduzidas. A documentação nada nos diz sobre as casas onde os eremitas dormiam, confeccionavam ou tomavam as refeições, sobre as estruturas para a guarda de instrumentos e produtos agrícolas ou mesmo para o acolhimento de eventuais hóspedes. Talvez não estivessem muito longe dos seus confrades do mosteiro de Nossa Senhora da Rosa, na Caparica, onde, em 1527, os visitantes da Ordem de Santiago encontram uma

<sup>20</sup>Deste regimento conhecem-se dois exemplares, ambos em traslado: Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos, pasta 7* (*Pergaminhos de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 64 e Arquivo Distrital de Portalegre, *Convento de S. Paulo de Elvas, Coleção de Pergaminhos, nº 3* [C5 ELV 03, nº 14]. O mesmo regimento foi confirmado em 1475, apenas com a actualização dos nomes dos três juizes encarregues das causas dos pobres (Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos, pasta 7* (*Pergaminhos de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 73, e TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 123). Para a sua análise, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização, pp. 167-172 e 183*.

<sup>21</sup> Biblioteca Pública de Évora, Col. Manizola, cód. 317, nº 56 (1455.05.20, Lisboa).

<sup>22</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização, pp. 174-178*.

<sup>23</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização, pp. 185-190*.

<sup>24</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização, pp. 178-182 e 193-195*.

<sup>25</sup> Imposto pela bula *In suprema militantes ecclesiae de Sisto IV* (1477.04.10, Roma) - Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos, pasta 7* (*Pergaminhos de S. Paulo da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV*), nº 77. Sobre a sua recepção pelos eremitas, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização, pp. 191-192*.

<sup>26</sup> Cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização, pp. 199-203, 216-221*.

comunidade de quatro pobres (um clérigo e três leigos), que tinham “seu aposentamento e casas pegadas com a [...] igreja, a a redor dellas hũa vinha grande com huum pequeno de pumar”<sup>27</sup>.

Contudo, a sua configuração espacial, tal como a vemos hoje, é seguramente posterior a 1578, quando a Congregação, até então sujeita apenas ao voto de castidade e à obediência à Regra de Santo Agostinho (desde 1536), se transforma numa efectiva ordem religiosa. Sujeita doravante aos três votos monásticos e a um ritmo diário marcado pela recitação das horas litúrgicas e pela celebração diária da eucaristia, a comunidade precisará de repensar o seu espaço. Se a cerca se mantém, bem como as terras que parecem ainda continuar a cultivar, mesmo com a ajuda de alguns caseiros, os espaços da vida comunitária vão agora seguir um modelo próximo do adoptado pelas casas mendicantes ou cistercienses, na articulação entre a igreja e o claustro, em torno dos quais as várias dependências se organizam e multiplicam. As campanhas de obras conhecidas a partir de finais do século XVI e que se repetem ao longo das centúrias seguintes darão ao agora mosteiro uma outra grandiosidade<sup>28</sup>, bem distinta da simplicidade inicial. Ainda assim, a comunidade mantém-se no local do antigo eremitério, mantendo a sua inscrição num espaço ermo, rodeado de terras de cultivo mas também de abundante vegetação e das fontes de água, a começar pela Fonte Santa, junto à qual os primeiros homens da pobre vida se tinham vindo instalar, por finais de Trezentos.



**Figura 4**  
Aspeto atual do mosteiro

<sup>27</sup> Cf. PINTO, Rui – “As visitas da Ordem de Santiago em Almada no séc. XVI”. *Boletim da Sociedade de Geografia*, série 119º, 1-12 (Jan.-Dez. 2001), pp. 186-187.

<sup>28</sup> Sobre as campanhas de obras aí documentadas e a descrição do mosteiro, cf. SERRÃO, Vítor; MECO, José – *Palmela Histórico-Artística: um inventário do património artístico concelhio*. Lisboa / Palmela: Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2007, pp. 277-290. Sobre o mesmo assunto, veja-se ainda VOLZONE, Rolando - *Architecture of the Soul. Legacy of the Eremitical Congregation of São Paulo da Serra de Ossa (Portugal)*. Lisboa: Tese de Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo apresentada ao ISCTE-IUL, 2020.

## **Bibliografia**

### FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Portalegre  
Convento de S. Paulo de Elvas, Coleção de Pergaminhos,  
nº 3 [C5 ELV 03, nº 14]

Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
- Chancelaria de D. Afonso V, lv. 30.  
- Documentação de Conventos por identificar, caixa 13,  
maço 1, nº 30  
- Mesa da Consciência e Ordens  
- Ordem de Santiago / Convento de Palmela, Documentos  
Particulares (Antiga Coleção Especial), maço 2, nº 10  
- Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara,  
maço 3, nº 2, 3, 5, 6, 9, 11, 12, 16, 17, 26, 30, 31, 32, 33, 56;  
maço 2 de pergaminhos, n.º 34.

Biblioteca Pública de Évora  
- Col. Manizola, cód. 317, nº 56.  
- Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa, lv. 39, nº 27 e 73  
- Pergaminhos Avulsos, pasta 7 (Pergaminhos de S. Paulo  
da Serra de Ossa, sécs. XIV-XV), nº 64 e 77

### FONTES IMPRESSAS

PINTO, Rui – “As visitas da Ordem de Santiago em  
Almada no séc. XVI”. Boletim da Sociedade de Geografia,  
série 119ª, 1-12 (Jan.-Dez. 2001), pp. 171-223.

### ESTUDOS

FONTES, João Luís Inglês – Génese e Institucionalização  
de Uma Experiência Eremítica. Da «Pobre Vida» à  
Congregação da Serra de Ossa (1366-1510). Lisboa: Imprensa  
Nacional – Casa da Moeda, 2021.

OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas – Na  
Península de Setúbal, em Finais da Idade Média: Organização  
do Espaço. Aproveitamento dos Recursos e Exercício do  
Poder. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – FCT, 2013.

SERRÃO, Vítor; MECO, José – Palmela Histórico-  
Artística: um inventário do património artístico concelhio.  
Lisboa / Palmela: Edições Colibri – Câmara Municipal de  
Palmela, 2007.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “O espaço peri-urbano de  
Setúbal na Baixa Idade Média: produções e estruturas  
produtivas”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz;  
SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – La ciudad  
medieval y su influencia territorial. Nájera, Encuentros  
Internacionales del Medievo 2006 – Actas. Logroño: Instituto  
de Estudios Riojanos, 2007, pp. 161-180.

VOLZONE, Rolando - Architecture of the Soul. Legacy of  
the Eremitical Congregation of São Paulo da Serra de Ossa  
(Portugal). Lisboa: Tese de Doutoramento em Arquitectura e  
Urbanismo apresentada ao ISCTE-IUL, 2020.

VOLZONE, Rolando; FONTES, João Luís – “The  
Portuguese eremitical Congregation of the Serra de Ossa:  
spatial analysis of the monastic settlements”. Journal of  
Medieval Iberian Studies 12:1 (2020), pp. 84-105, DOI:  
10.1080/17546559.2019.1652838.

# *Caderno 1.4*

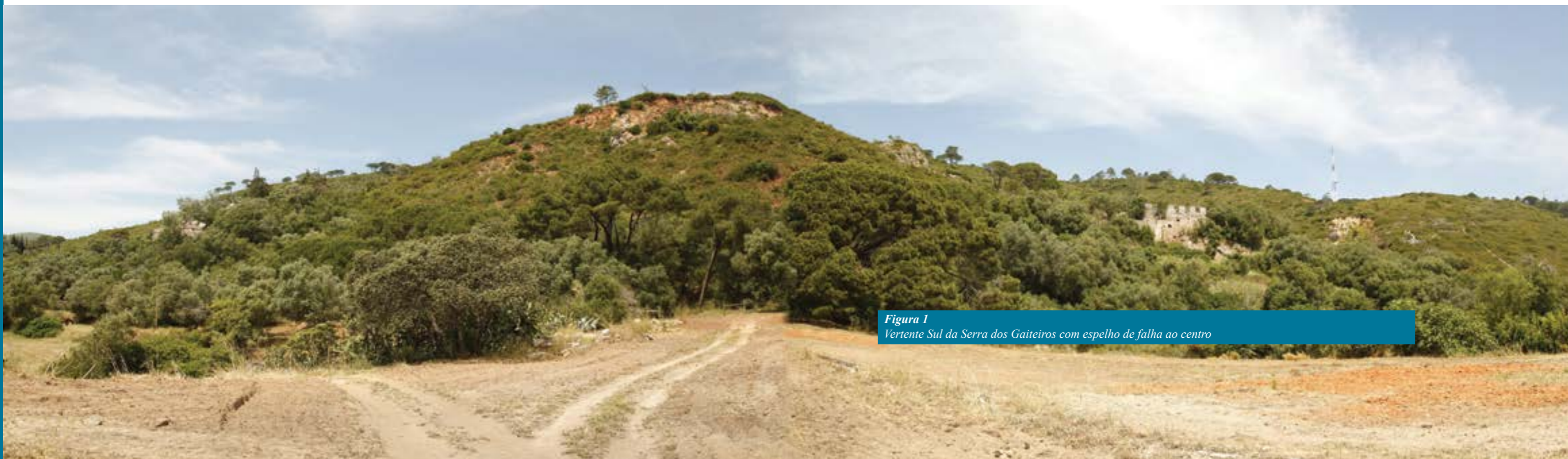
*A geologia de Alferrara*  
*Miguel Rosado*

A Quinta de São Paulo, ocupando cerca de 46 ha da encosta sul da Serra dos Gaiteiros, situa-se num dos relevos da orogenia alpina mais elegantes do país: a Cadeia Montanhosa da Arrábida.

A uma curta distância para sul de Lisboa, na península de Setúbal, a cordilheira da Arrábida oferece-nos, não apenas um privilegiado local de contemplação e desfrute, mas também uma janela para uma cinemática de milhões de anos ao longo da história da região e do planeta. Há cerca de 200 milhões de anos (no Jurássico), quando se inicia a abertura do Oceano Atlântico, o afastamento das placas tectónicas americana e euroasiática permite a abertura de uma bacia sedimentar, a Bacia Lusitaniana, que receberá formações litológicas típicas de uma bacia sedimentar oceânica. A compressão gerada pelo choque, mais tardio, das placas euroasiática e africana, é o motivo para o surgimento de vastas cadeias montanhosas ao longo do continente europeu, entre as quais a Arrábida, resultado desse processo de orogénese alpina que se inicia há cerca de 50 milhões de anos. No caso da cordilheira da Arrábida, em que se insere a Serra dos Gaiteiros, existe um fenómeno de compressão ainda mais recente, há cerca de 9,5 milhões de anos, que molda muito da sua morfologia.

As Serra de São Luís e dos Gaiteiros correspondem a um núcleo anticlinal, tendo já sido removidas pela erosão camadas mais recentes, no qual afloram essencialmente os chamados Calcários de Pedreiras (calcário de formação em ambiente marinho do Jurássico) e dolomitos (rocha sedimentar carbonatada com presença de cálcio e magnésio) também do Jurássico, bem como, principalmente nos Gaiteiros, afloram as Argilas, Grés, Conglomerados e Calcários do Vale da Rasca, formações igualmente datadas do Jurássico. De acordo com a notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal (Manuppella et al, 1999), a Serra dos Gaiteiros é um prolongamento da Serra de São Luís e está fortemente afetada por uma plataforma de abrasão recente que terá arrasado a sua encosta mais a sul e nascente.

A base da Serra dos Gaiteiros desenvolve-se ao longo de uma falha que intersecta unidades litológicas de idades diversas, sendo que podemos verificar que unidades do Plistocénico (cerca de 2 milhões de anos) são afetadas por essa falha de orientação sensivelmente coincidente com a da cumeada. Ao longo da extensão da Quinta de São Paulo, são visíveis outras falhas e espelhos de falha de menor significado e extensão.



**Figura 1**  
Vertente Sul da Serra dos Gaiteiros com espelho de falha ao centro



**Figura 2**  
*Espelho de falha na Serra dos Gaiteiros*

No essencial, a Quinta tem presentes litologias do Jurássico que hoje se expõem ao longo de toda a cordilheira da Arrábida em diversos afloramentos e apresenta alguns afloramentos mais recentes como os já referidos do Plistocénico. Na região mais nordeste da Quinta de S. Paulo, existem ainda nascentes cujas linhas de água percorrem a encosta em direção a sul.

Na região noroeste e na região nordeste da propriedade implantam-se dois conjuntos monásticos dos séculos XIV e XVI que, além da sua valia intrínseca, permitem estabelecer as formas de ligação entre a ocupação e construção humana medieval com os materiais geológicos disponíveis. É, aliás, notável que durante as obras de recuperação de um dos conjuntos tenha sido possível identificar a pedra, o barro e o areiro, bem como a fonte de água, utilizados durante a construção. É igualmente digno de menção o cuidado que a equipa de recuperação e restauro teve ao estudar a utilização dos materiais circundantes para permitir uma recriação o mais possível próxima da configuração real do convento.



**Figura 3**  
*Bloco quebrado na pedreira do Convento dos Capuchos*



**Figura 4**  
*Pormenor de um entalhe de corte*

Ao longo de um passeio pela Quinta de São Paulo podem ser vistas, quer *in situ*, quer na construção *ex situ*, expressões várias da geodiversidade em presença. Estão presentes inclusivamente rochas exógenas na pavimentação de antigas estradas ainda visíveis e que constituíam o lastro de navios, contando a história da cidade de Setúbal e de Tróia como destinos portuários e centros de atividade comercial. Mas o essencial é a geodiversidade que podemos verificar no local e que permite destacar elementos geológicos de interesse especialmente didático.

A pedreira utilizada para construção dos conventos é ainda visível e a sua frente de exploração é ainda perceptível, expondo um calcário marinho, da formação dos calcários de Vale da Rasca, de idade Jurássica. É de forma intercalada que surgem conglomerados nesta unidade litológica, o que ilustra a sucessiva submersão e emersão ao longo dos anos e as alterações de ambiente sedimentar a que esteve sujeita a região. Esses conglomerados, alguns deles com cimentos ferruginosos e contendo clastos (fragmentos originados pela erosão de outras rochas) de origens diversas, não aparentam ser parte da unidade de Conglomerados de Arrábida, apesar das semelhanças.

A sudoeste da serra, já numa zona de baixos declives, afloram areias feldspáticas do Pliocénico (unidades com 3 a 5 milhões de anos, bastante recentes).

Além das diferentes litologias expostas pela erosão e pela orogénese da Serra dos Gaiteros, podemos ainda identificar processos geológicos do nosso tempo que podem revelar interesse didático. A meia encosta sul, ao longo de um pequeno trilho, podem ser observadas num pequeno afloramento muito recente, “bonecas de areia”, pequenas estruturas que permitem a visualização do processo diagenético de um arenito grosseiro que resultam de um ambiente sedimentar com transporte de muito baixa energia, permitindo uma aglutinação de grãos de areia quase totalmente consolidada unidos por um cimento calcário numa matriz de arenito não consolidado.



Figura 5  
“Bonecas de Areia”



Na mesma região podemos igualmente testemunhar os efeitos da circulação de água em ambiente carbonatado: sendo que existe uma ribeira a escassos metros, é possível presumir que o seu curso e caudal se modificaram nos últimos anos, sendo identificável um anterior curso de água, onde ainda se podem ver os vestígios de uma cascata em que os cristais de calcite envolvem matéria orgânica, alguma dela já mesmo substituída por calcite. Essa pequena formação permite ilustrar a dinâmica dos fatores abióticos do planeta, bem como a influência da circulação de águas num maciço calcário. É o transporte em solução dos iões cálcio e carbonato que permite a cristalização de calcite, por precipitação, na região onde outrora corria água.

É igualmente a natureza carbonatada de uma parte da quinta que permite a sua utilização como necrópole, já no calcolítico, facilitando a produção de grutas artificiais cuja formação pode inclusivamente partir de uma estrutura cársica pré-existente, sendo que são comuns as furnas e pequenas cavidades neste tipo de modelado.



*Figura 6*  
Superfície cársica onde assenta o Convento dos Capuchos



**Figura 7**  
*Gruta artificial pertencente à necrópole do período Calcolítico (3000ac), posteriormente utilizada pela população de frades. É visível a cruz escavada no topo ao centro.*

A juntar à biodiversidade presente na Serra dos Gaiteiros e no conjunto da Serra da Arrábida, podemos referir a sua riqueza geológica, quer pela presença de aspetos que remetem para processos, quer pela presença de estruturas e minerais propriamente ditos. A utilização pelos construtores dos antigos conventos dos materiais presentes na envolvente apenas demonstra um dos aspetos da importância da geologia na relação com ser humano: o económico; mas um olhar mais atento poderá estabelecer ligação entre a geologia e praticamente todas as dimensões da vida da Humanidade, como a cultura e a própria forma de ocupação do território. Na Quinta de São Paulo, numa relativamente pequena área da cordilheira da Arrábida, estão presentes aspetos da geodiversidade que permitem a reconstrução didática de processos sedimentares, mineralógicos e hidrogeológicos, mas também estão presentes elementos da geodiversidade que permitem lembrar a sua inextricável ligação e interpenetração com a biodiversidade. É a plataforma de abrasão que se desenvolve a sul que permite a existência de pasto, é a existência de água que permite um grande número de plantas e animais povoar a área, é o próprio relevo que proporciona as condições para a nidificação de algumas aves e é, em última análise, a própria natureza dos solos que determina a aptidão para a generalidade da vegetação em presença que é, no caso, predominantemente mediterrânica.

E, numa altura em que se fazem esforços sociais e coletivos para a valorização e salvaguarda dos valores naturais, é da maior importância relevar a geodiversidade como recurso insubstituível e não renovável e como o próprio substrato em que se desenvolvem todas as restantes relações bióticas e sociais.

---

### ***Referências bibliográficas***

Choffat, P. (1908) – Essai sur la tectonique de la chaîne de l'Arrábida. Edição fac-simile, Biblioteca Nacional Francesa.

Fonseca, A. F., Zêzere, J. L., Neves, M., (2015), Contribuição para o conhecimento da Geomorfologia da Cadeia da Arrábida (Portugal): cartografia geomorfológica e geomorfometria. Revista Brasileira de Geomorfologia, V. 16, n.º 1.

Kullberg, M. C., Kullberg, J. C. & Terrinha, P. (2000) - Tectónica da Cadeia da Arrábida. In Tectónica das regiões de Sintra e Arrábida, Mem. Geociências, Museu Nac. Hist. Nat. Univ. Lisboa, nº 2, 35-84.

Kullberg, J.C.; Rocha, R.B.; Soares, A.F.; Rey, J.; Terrinha, P.; Callapez, P.; Martins, L. (2006) – A Bacia Lusitaniana: Estratigrafia, Paleogeografia e Tectónica. In Dias, R.; Araújo, A.; Terrinha, P.; Kullberg, J.C., Geologia de Portugal no contexto da Ibéria. Univ. Évora, pp. 317-368.

Manuppella, G., Pais, J., Legoinha, P., Rey, J., (1999) Carta geológica de Portugal na escala de 1:50 000, Departamento de Geologia, Instituto Geológico e Mineiro.

Manuppella, G., Antunes, M. T., Pais, J., Ramalho, M. M., P., Rey, J., (1999) Notícia explicativa da Folha 38-B (Setúbal) da Carta Geológica de Portugal na escala de 1:50 000, Departamento de Geologia, Instituto Geológico e Mineiro.

# Caderno 1.5

*Qual o tempo para interpretar e agir num convento?  
Breve resumo do processo de intervenção no Convento dos Capuchos*

*Fábio Vicente*

*AMRS - Coordenador da área de projeto Quinta de São Paulo*

### *Introdução*

Este pequeno artigo aborda o processo interno de tomada de consciência e intervenção nos Conventos de Alferrara por parte da Associação de Municípios da Região de Setúbal. Um percurso que assenta numa metodologia muito semelhante a um normal processo criativo.

É acima de tudo um processo coletivo, apenas possível pela sucessão de eventos charneira que conduziram a um amadurecimento de consciências. Uma viagem de vários técnicos e eleitos que conduziu e conduz à preservação consciente dos Conventos de Alferrara.

Neste resumido relato, destaca-se o envolvimento e relacionamento de três agentes chave para uma intervenção responsável nestes dois edifícios, são eles: os eleitos, os técnicos e a população. A condução desta relação consolida as bases para uma intervenção ampla, objetiva e informada sobre um território onde muito pouca investigação haveria sido realizada.



*Brazão presente na fachada da igreja do Convento dos Capuchos de Alferrara*

### *Breve descrição e enquadramento*

Sensivelmente a meia encosta nascente da Serra dos Gaiteiros, no concelho de Palmela, ergue-se o Convento dos Capuchos de Alferrara. Um edifício único, de uma arquitetura complexa e um perfeito enquadramento na paisagem que o rodeia - é um edifício paisagem. Com Casa Mãe no Convento de Santa Maria da Arrábida, a sua primeira fase de construção foi concluída em 1578 sobre os terrenos cedidos por D. Estevão da Gama, filho de Vasco da Gama. É um local de mata semi-cerrada que congrega uma ocupação muito anterior.

Nas imediações deste Convento é possível visitar duas pequenas grutas artificiais, escavadas no período calcolítico (pré-bronze, 3000 ac), que fazem parte de um complexo funerário dessa época provavelmente pertencente a um povoado existente na cumeada NE da Serra dos Gaiteiros.

Uma perfeita simbiose entre a natureza e o homem, num respeito ímpar pelo que de mais belo a natureza nos permite usufruir. Um Convento que se edificou em harmonia com os cânones franciscanos.

Após a extinção das ordens religiosas em Portugal, no ano de 1834 por decreto de D. Pedro IV, os terrenos dos Conventos de São Paulo e Capuchos são colocados à venda em asta pública. Em 1837, a família O'Neill, compra ambas as propriedades passando através de matrimónio para a família Ahrens Teixeira. Dos dois Conventos apenas o de São Paulo é convertido em habitação. O Convento dos Capuchos, mais isolado e de difícil acesso, é deixado praticamente ao abandono desde a sua extinção.



*Imagem das primeiras décadas do sec XX. Observam-se os relevos praticamente intatos e arco sineiro*

Sobrevivendo ao terramoto de 1969 com visíveis estragos nas estruturas, a propriedade é cada vez mais deixada ao abandono acabando por ser vendida na década de 70 do sec. XX. O coletivo de imobiliários que a adquire tem como objetivo retalhar e proceder à venda, pondo em causa todo o património da já então denominada Quinta de São Paulo.

A população setubalense une-se através de um abaixo-assinado, liderado pela SALPA - Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal, impedindo que todo este património se perca. Em 1983, à data chamada de AMDS - Associação de Municípios da Região de Setúbal, adquire a Quinta de São Paulo e seus dois Conventos.

Embora a aquisição tenha impedido o desmantelamento deste património, a então AMDS e atualmente AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal, desenvolveu muito pouco trabalho de conversação nas duas primeiras décadas.



*Fachada oeste antes da intervenção de 2012*

## Desafio

### \_processo criativo

Para uma organização como AMRS, dadas as suas características, é um enorme desafio interpretar e intervir no universo onde o Convento dos Capuchos de Alferrara se insere. Uma associação que presta apoio técnico aos municípios seus associados, em que os recursos humanos que dispõe estão vocacionados para outras frentes de trabalho, encontra à partida dificuldades para intervir corretamente neste edifício.

Sensivelmente 20 anos após a sua aquisição, a AMRS possui um espaço que foi tomado pela população, pela natureza, pelo tempo e que se encontra ao abandono há quase dois séculos. Uma ruína em pré-colaço, um volume desconhecido, com muito pouca relação com o seu proprietário.

É então em meados da primeira década dos anos 2000 que se iniciam as primeiras visitas de avaliação aos dois Conventos. Pequenos momentos de visita e reflexão que imediatamente criam laços de empatia com o espaço. Acabam por ter uma única conclusão – que é necessário aprofundar o conhecimento sobre estes edifícios e sua envolvente. Um passo basilar em todo o processo que aqui se inicia. A capacidade de reconhecer as fragilidades da AMRS acerca deste universo assemelha-se ao processo cognitivo humano. Uma decisão de humildade que acarreta uma única certeza: é urgente criar uma consciência, um conhecimento, estabelecer uma relação com este Convento. Iniciar um processo criativo.



*Nave da igreja, nartex e altar antes da intervenção de 2012*



### *Primeiros passos*

\_processo criativo  
\_criar equipa

“Formar consciência para intervir”, expressão bastante utilizada na fase inicial que se tornou no mote para formar uma equipa embrionária a que chamámos de “Sábios”. Um grupo pluridisciplinar de historiadores, técnicos, pensadores e investigadores que, nas primeiras reuniões, mais não fizeram que observar e muito primariamente interpretar uma estrutura macro.

Destas iniciais análises coletivas começam a surgir pequenas certezas, pequenos caminhos. Destaca-se a noção de tempo para existir enquanto ruína. Uma noção importantíssima que vai pautar toda a visão e intervenção no Convento dos Capuchos até aos dias de hoje. Ela nasce da observação da ruína existente, em plena comunhão com a natureza, uma continuidade da filosofia franciscana, tão entranhada na sua arquitetura que ainda hoje, ruína, é uma simbiose entre o humano e o divino que é a natureza.



*Claustro antes da intervenção de 2012*

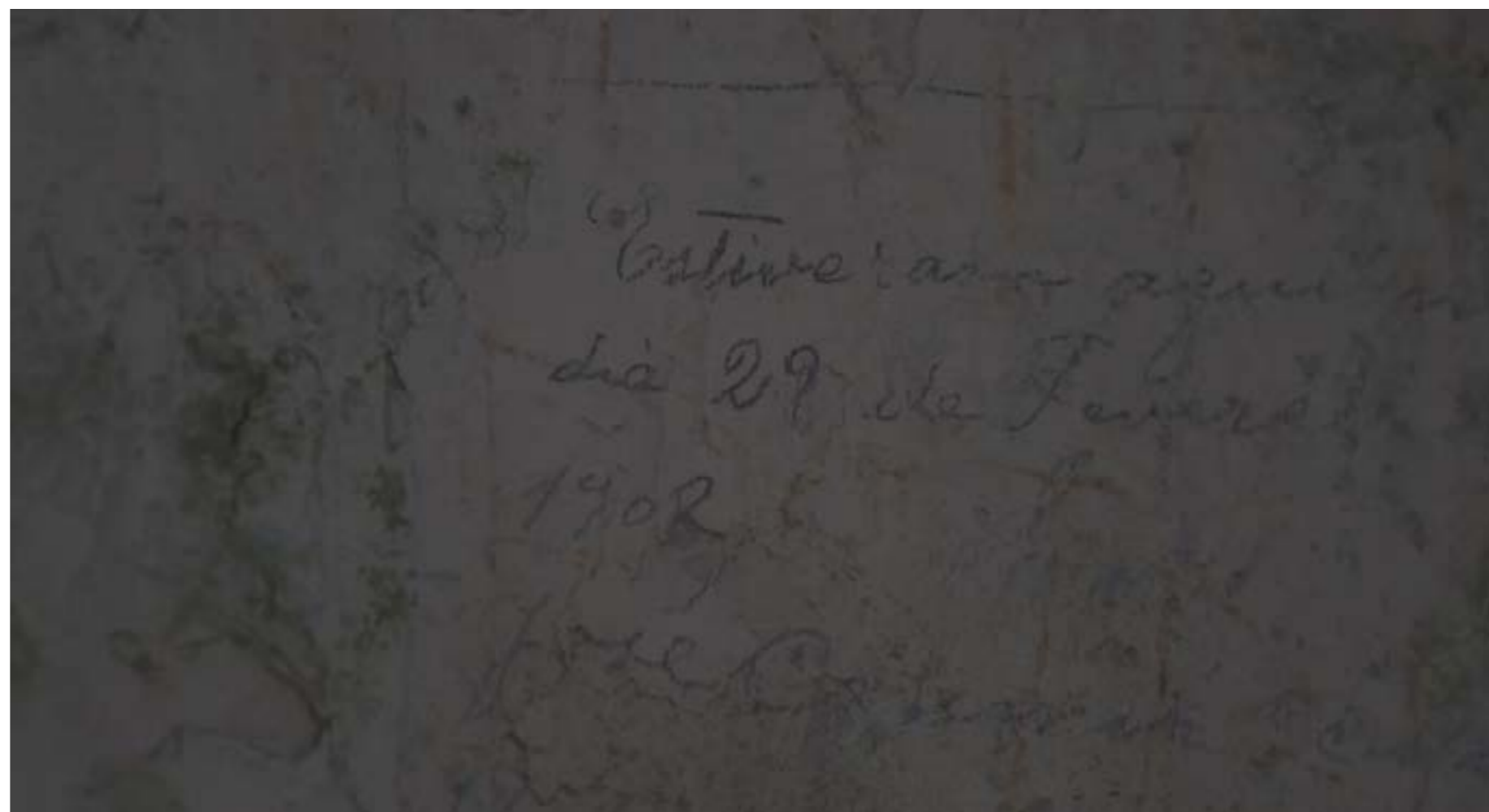
## Objetivos

\_processo criativo  
\_criar equipa  
\_plano diretor

O processo de criar uma massa crítica durou vários anos. Realizaram-se várias visitas técnicas, de avaliação, interpretação, observação, etc. Foram feitos convites abertos à população que tinha uma memória e relação com o espaço. É então que se cria um núcleo mais reduzido de técnicos para iniciar a interpretação a uma escala micro. São investigados os primeiros dados históricos e criadas as primeiras análises arquitetónicas e estruturais.

Nesta matéria destacamos o trabalho dos arquitetos Sofia Aleixo e Victor Mestre e do Engenheiro Pedro Ribeiro, basilar na definição de uma visão que mais tarde se vem a chamar de “Plano Diretor a 25 anos”.

É nesta fase que iniciamos a tomada de consciência que este espaço tem uma relação íntima não só com a população que o usufruía enquanto ruína, mas também com a natureza. Há uma intencionalidade nas formas, dimensões e organização. Há algo maior que merece ser preservado.



Testemunho numa parede com assinatura e data de 1902

## *O romantismo*

\_processo criativo  
\_criar equipa  
\_plano diretor  
\_”edifício paisagem”

A par das primeiras noções da imaterialidade deste espaço, surgem também as primeiras interpretações do mesmo com a filosofia franciscana. A sua organização espacial e consequente elevação arquitetónica/estrutural tem dois eixos primários: a relação do Homem com a expressão máxima de Deus na terra – a natureza, e a relação dos frades com a regra da ordem.

Inicia-se um pensamento, uma ideia embrionária, uma direção sinuosa, mas cada vez mais definida: que a relação simbiótica edifício-natureza tem um carácter romântico (na definição do período artístico) e que é sob uma aproximação romântica que poderemos compreender este espaço.

É pois observando a relação dos franciscanos com o mundo que finalmente percebemos que o edifício se desenvolve em perfeita harmonia com a natureza e interpretamos que, em muito, é um mimetismo do que o rodeia... Mesmo enquanto ruína.



*Casa de Fresco maneirista com fachada em blocos calcários sedimentares mimetizando as grutas artificiais da necrópole calcolítica.*

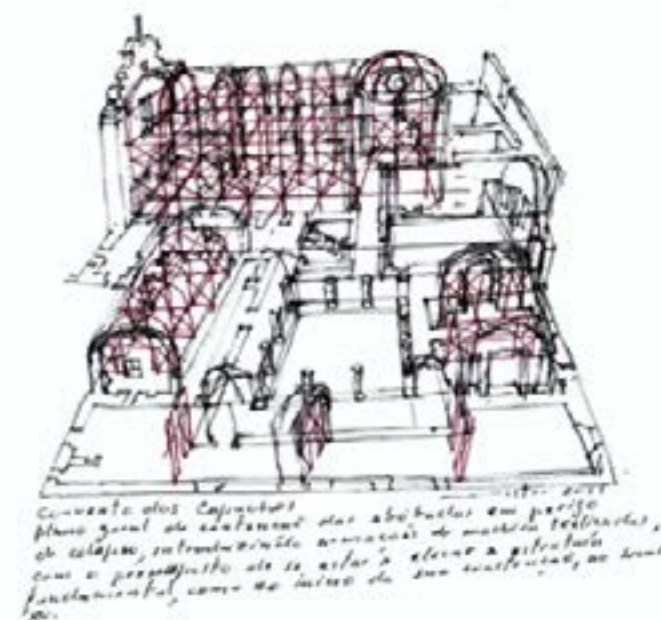
### Primeiros esboços

\_processo criativo  
\_criar equipa  
\_plano diretor  
\_”edifício paisagem”  
\_”work-in-progress”

No decorrer do processo interpretativo e criativo percebe-se que a partir do ano de 1834 (data da extinção das ordens) o Convento estancou no tempo. Excluindo o natural vandalismo que, embora significativo, já agride o Convento despido de mobiliário, decoração, palamenta e utensílios da faina litúrgica pois estes foram vendidos ou trasladados entre 1834 e 1837. Ficamos assim com um Convento que é uma máquina do tempo arquitetónica, despido e apenas com a estrutura e sua relação com a filosofia dos ocupantes. Um local de estudo.

O coletivo de arquitetos, Sofia Aleixo e Victor Mestre, em conjunto com o engenheiro Pedro Ribeiro, desenvolvem os primeiros esboços em direção a esta ideia: um local de estudo, estancar a ruína para que se crie tempo para a sua correta interpretação.

Surge a definição da metodologia “work in progress” e os primeiros esboços vão no sentido de sustentar e sarar a ruína, estancando imediatamente o processo degenerativo. Através de estruturas de madeira, sistemas de circulação de ar e impermeabilização do Convento, projetou-se um conceito: uma intervenção que se assemelha a um estaleiro de construção do sec. XVI/XVII, para que quando entramos no Convento o imaginemos em construção e não em ruína.



Primeiros esboços do Arquiteto Victor Mestre

## *Primeira intervenção*

\_processo criativo  
\_criar equipa  
\_plano diretor  
\_”edifício paisagem”  
\_”work-in-progress”  
\_habitar o espaço

Parar a ruína.  
Sustentação do edifício.  
Condições de visitabilidade.  
Criar tempo para pensar.

Estas são as premissas para a primeira intervenção.



*Atual fachada oeste do refeitório e celas*

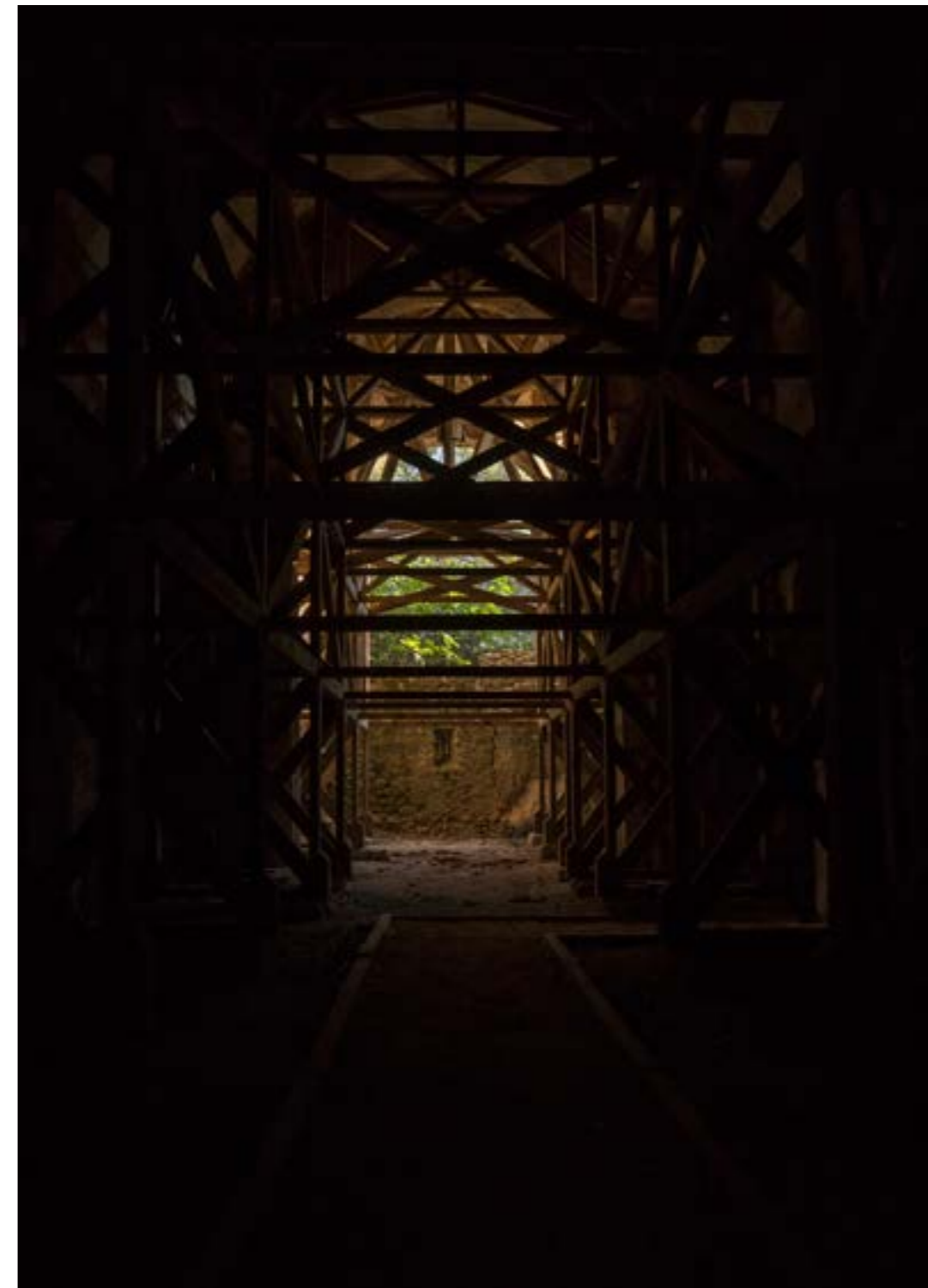
### *Conceito arquitetónico*

\_processo criativo  
\_criar equipa  
\_plano diretor  
\_"edifício paisagem"  
\_"work-in-progress"  
\_habitar o espaço  
\_intervir para não intervir

Ergue-se em 2012 o “estaleiro de construção” e com ele o início de uma nova vida. Com a intervenção terminada passam a existir condições para a visita, para estar, para usufruir e acima de tudo interpretar.

Preservou-se a simbiose edifício-natureza e com ela a continuidade da filosofia franciscana, mesmo sem os seus queridos frades. O local eremítico de reclusão e contemplação continua.

Há ainda um outro desafio, o qual mereceu uma resposta digna. Um tímido apontamento estético, um “mimo” para um edifício em sofrimento. O tamponamento das janelas é feito através de blocos perfurados que permitem a circulação de ar e impedem a entrada de transeuntes. Contudo, a sua aplicação foi executada com recurso a argamassa de cal com dois tons de cor diferente. Criou-se então um efeito de luz com várias tonalidades no interior, um efeito vitral e com ele um apontamento estético, uma beleza singela, um “carinho”.



*Estrutura que suporta todas as abóbadas*

### *A espera*

É tempo de reabrir as portas à população, à academia, aos eventos, aos que trespassavam as redes. Tempo de comunicar o Convento e o conceito.

Tempo para que se viva o espaço, se acarinhe novamente e proporcione material de estudo. Uma relação de validação com os seus pares, trazer ao Convento.

A AMRS conseguiu assim, através de várias parcerias, proporcionar matéria de estudo e em troca ficar a conhecer melhor os seus Conventos. Finalmente, devolvendo esse saber à população que o pode voltar a visitar.

### *A academia*

Como que a um chamamento, a academia respondeu. As universidades e institutos começaram a sua aproximação ao espaço, os seus alunos e docentes foram abraçados pela natural empatia que o Convento dos Capuchos transmite e surgiram os primeiros trabalhos.

Dos vários trabalhos desenvolvidos, destaca-se neste momento um importante contributo por parte dos arquitetos Ana Tomé e Jesse Rafeiro.

Em plena pandemia, estes dois docentes do Instituto Superior Técnico de Lisboa (ISTL), através da nuvem de pontos e fotogrametria fazem um levantamento exaustivo e impressionantemente pormenorizado do Convento. Este levantamento permitiu finalmente ter uma noção integral do Convento, suas envolventes, ampliações, alas, etc.

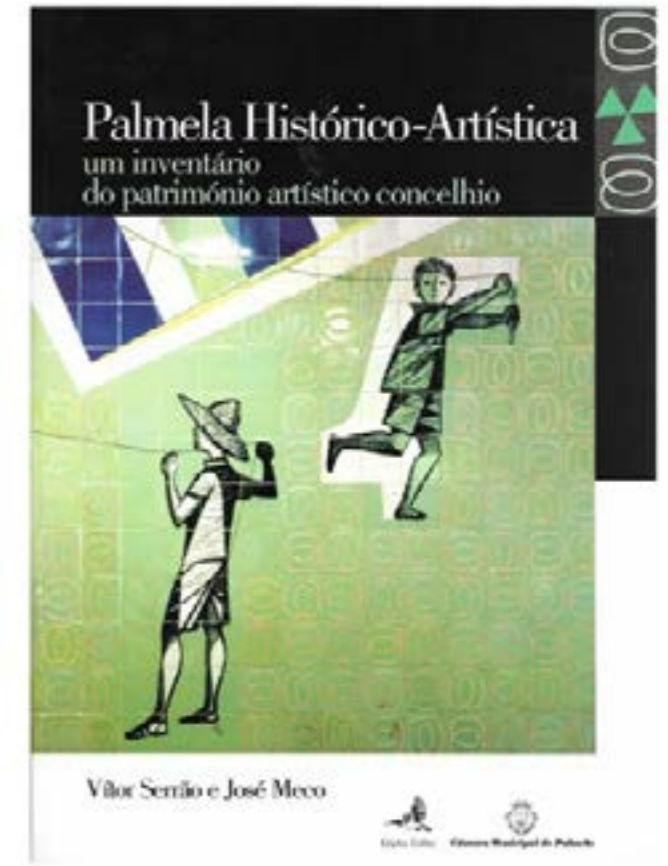
Muito recentemente, a aluna do ISTL, Inês Tavares de Almeida, através do levantamento de Ana Tomé e Jesse Rafeiro, produz um trabalho que é hoje basilar no futuro do Convento. Uma reconstrução digital integral de todas as supostas alas e espaços do Convento. Ficando nós finalmente com uma visão do que era o Convento em 1834.



Em cima: fotogrametria da fachada realizada por Ana Tomé e Jesse Rafeiro  
Em baixo: aparelho que efetua a "nuvem de pontos" 3D

\_processo criativo  
\_criar equipa  
\_plano diretor  
\_"edifício paisagem"  
\_"work-in-progress"  
\_habitar o espaço  
\_intervir para não intervir  
\_comunicação

\_processo criativo  
\_criar equipa  
\_plano diretor  
\_"edifício paisagem"  
\_"work-in-progress"  
\_habitar o espaço  
\_intervir para não intervir  
\_comunicação  
\_investigação



Alguns dos trabalhos e publicações mais relevantes.



### *Viver o Convento*

\_processo criativo  
\_criar equipa  
\_plano diretor  
\_"edifício paisagem"  
\_"work-in-progress"  
\_habitar o espaço  
\_intervir para não intervir  
\_comunicação  
\_investigação  
\_atividade

O Convento convida à presença, ao usufruto. Há uma magnetização cultural que insta a que se habite o espaço. Desde cedo, logo após a intervenção de 2012, a AMRS tem vindo a desenvolver várias iniciativas.

Destaca-se o festival aCERCA. Realizado em 2021, durante a pandemia, a AMRS abre as portas de Alferrara para que a população da Região inunde as cercas dos Conventos. Um festival imersivo composto por várias visitas faladas por biólogos, geólogos, arqueólogos, historiadores e escritores que culminam em vários concertos em locais improváveis dentro das cercas conventuais. Um renascer, uma validação.

Vamos Ouvir um Convento?



*Participantes numa das visitas guiadas durante o Festival aCERCA*



*Concerto de "O Gajo" durante o Festival aCERCA*



